

Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico

Unimed 
Belo Horizonte

1/8

ANS - Nº 34.388-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO UNIMED-BH 2019

A Unimed-BH Cooperativa de Trabalho Médico é formada por 5.544 médicos cooperados e conta com 34 municípios em sua área de atuação. Em 2019, a Cooperativa completou 48 anos de fundação com 1.368.573 clientes em carteira, conforme cadastro na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). As contraprestações efetivas de assistência à saúde foram de R\$ 4.215 milhões e, desse total, R\$ 3.346 milhões foram destinados aos eventos indenizáveis líquidos, como remuneração da assistência prestada aos clientes, números que indicam a consolidação da operação da Unimed-BH e a sua relevância na saúde suplementar brasileira.

POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DE SOBRAS

A Unimed-BH apura seus resultados levando em conta os atos cooperativos, auxiliares e não-cooperativos. Os atos cooperativos são aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados e pelas cooperativas entre si, quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais, correspondendo ao valor dos serviços efetivamente realizados pelos cooperados, conforme definido no artigo nº 79 da Lei nº 5.764/71.

Os atos auxiliares são aqueles que contribuem para a prestação de serviço do médico cooperado. Correspondem à utilização de hospitais, clínicas, laboratórios e outros serviços de saúde. Já os atos não-cooperativos não têm relação com os médicos cooperados, sendo alheios ao propósito principal da Cooperativa.

Segundo a legislação vigente, o Fundo de Reserva recebeu 10% do resultado dos atos cooperativos. O Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (Fates) recebeu 5% do resultado dos atos cooperativos e 100% do resultado dos atos auxiliares e não-cooperativos. As sobras à disposição dos médicos cooperados, em Assembleia Geral Ordinária, equivalem a 85% do resultado dos atos cooperativos.

Reconhecimentos

A Unimed-BH conta com uma presença expressiva nos principais rankings de negócio do país, que evidenciam a solidez da Cooperativa. Em 2019, foi a 1ª operadora de planos de saúde a aparecer no ranking geral das maiores empresas brasileiras, segundo a revista Época 360°. Na revista Istoé – As Melhores da Dinheiro, figurou como o 2º maior plano de saúde do país. No Valor 1000, a cooperativa foi o 5º maior plano de saúde do Brasil. E, na Exame Melhores e Maiores, ocupa a 6ª posição no segmento de saúde.

No âmbito cooperativista, a Unimed-BH recebeu o Prêmio SomosCoop, do Sistema OCB – Organização das Cooperativas do Brasil, sendo a única a conquistar a categoria máxima: Ouro em Excelência em Gestão. Além disso, também foi destaque nas categorias Governança e Melhoria Contínua.

Desempenho da Unimed-BH: sustentabilidade econômico-financeira

Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS) em 2019 mostrou que tem um plano de saúde é o terceiro maior desejo do brasileiro. À frente estão apenas educação e casa própria. Mas, apesar disso, o crescimento do número de beneficiários foi pouco expressivo no intervalo de um ano (0,2% entre outubro de 2018 e outubro de 2019, segundo o IESS).

Um dos motivos está no fato de que a economia brasileira atravessou momentos difíceis nos últimos anos e, em 2019, começou a dar sinais tímidos de recuperação. E um dos maiores impactos na Saúde Suplementar está associado ao trabalho informal que, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), alcançou patamar recorde no ano.

De acordo com o estudo, o número de empregados sem carteira assinada chegou a 11,9 milhões de pessoas no trimestre encerrado em outubro, enquanto os trabalhadores autônomos chegaram a 24,4 milhões no mesmo período. Como a proporção de beneficiários de planos coletivos e empresariais nas carteiras das operadoras ainda se mantém no patamar dos 80%, o crescimento do número de clientes depende diretamente da geração de postos formais de trabalho.

Sendo a sétima maior operadora de planos médico-hospitalares do Brasil em número de clientes, a Unimed Belo Horizonte está inserida nessa realidade. Mas os resultados de 2019 posicionam a cooperativa na contramão das estatísticas. Graças a uma política comercial de prospecção e cuidado com a negociação, além do diferencial competitivo pela qualidade, a operadora registrou um novo recorde histórico de clientes em sua carteira, fechando o ano com 1.368.573 beneficiários. Com isso, a participação de mercado da Unimed Belo Horizonte foi de 54%.

O crescimento da carteira de clientes, mesmo em um cenário complexo e desafiador, não foi o único resultado positivo do ano. O indicador de Contraprestações Efetivas, que corresponde à nossa receita líquida, foi de R\$ 4,2 bilhões, 7,61% maior do que em 2018. As Despesas Médicas ou simstralidade foram de 79,38%, 2,66 pontos percentuais abaixo da meta estabelecida para o ano (82,04%). Já o indicador de Despesas Administrativas e Despesas de Comercialização registrou uma ligeira redução em relação a 2018: 12,36%, 0,76 pontos percentuais a mais. E a Margem Ebitda chegou a 11,03%.

Os indicadores de Despesas Administrativas e Despesas de Comercialização (12,36%), correspondente às despesas operacionais, e Margem Ebitda (11,03%) sofreram impactos importantes em 2019. Por ser uma cooperativa, a Unimed-BH segue regras específicas, previstas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Portanto, foi preciso uma adequação aos efeitos da norma ITG 2004 de 24/11/2017, que preconiza a contabilização dos dispêndios absorvidos pelo Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (Fates) em contas de resultado, sendo que o Fates nada mais é que um fundo formado pela destinação obrigatória dos lucros apurados em exercícios anteriores. Tal contabilização ocasionou uma distorção nesses indicadores e, após a reconciliação, a taxa de despesa operacional ajustada é de 10,31%, uma redução de 2,05 pontos percentuais, enquanto a margem Ebitda ajustada é alcançada em 2,05 pontos percentuais, perfazendo uma taxa de 13,08% em 2019. Importante salientar que a Margem Ebitda calculada corresponde à fórmula padronizada pela ANS, sendo que, neste caso, o único ajuste efetuado na reconciliação foi a eliminação do efeito da aplicação do ITG 2004.

Integridade e conformidade

A Cooperativa conta com processos estruturados e amplamente divulgados, demonstrando a transparência nos compromissos assumidos com todos os públicos. Em 2019, conquistou pela segunda vez o Selo Pró-Ética, da Controladoria Geral da União (CGU), evidenciando seus compromissos com o combate e a prevenção da corrupção.

Além disso, desde 2017 a Cooperativa conta com um Canal Confidencial para relatos e denúncias de situações e comportamentos contrários ao Código de Conduta e Relacionamento da Unimed-BH e às leis vigentes. Este canal é gerido por uma empresa terceira e independente, resguardando os denunciantes de qualquer prática de retaliação. Em 2019, 201 relatos foram registrados no Canal.

Qualidade com foco na experiência do cliente

A qualidade é o norte e está em todo trabalho realizado na Unimed-BH. É a principal diretriz das ações, tendo em vista a oferta da melhor assistência em saúde, seja em seus processos ou no atendimento ao cliente.

A Unimed-BH é protagonista em modelos inovadores de valorização por qualidade. Um deles é a remuneração variável, baseada em indicadores que compõem o Índice de Qualidade Assistencial (IQA), por meio do qual se remunera os médicos cooperados pelas melhores práticas médicas. Outro é o Selo de Excelência Assistencial, que reconhece os prestadores das redes Própria e Credenciada a partir da melhor experiência oferecida aos clientes.

O movimento em favor da qualidade também se reflete na busca por creditações e certificações das unidades que compõem a nossa rede de serviços próprios e gestão da Operadora. Em 2019, avançamos no compromisso de oferecer aos clientes a melhor experiência em saúde, com o projeto Acreditação Internacional em Rede. Os padrões para Rede de Atenção à Saúde da HSO – Health Standards Organization são a base do sistema de avaliação da qualidade.

Em 2019, a Unimed-BH teve três unidades acreditadas com ONA 3, que atesta a excelência em gestão e cultura organizacional de melhoria contínua: Maternidade Unimed - Unidade Grajaú, Hospital Unimed - Unidade Contorno e Unidade em Contagem. Além disso, a Maternidade Unimed - Unidade Grajaú também possui a acreditação HIMSS Analytics 6, que certifica as instituições de saúde no uso de Tecnologia da Informação. E todos os laboratórios da rede própria contam com o Programa de Acreditação de Laboratórios Clínicos - PALC.

A ANS também concedeu à Unimed-BH a certificação da RN 277, que reconhece as operadoras pela qualidade da prestação dos serviços e pela eficiência em gestão. Além disso, a cooperativa também conta com a certificação ISO 9001/2015, norma de gestão da qualidade aplicada a empresas, produtos e serviços com o objetivo de contribuir para a melhoria da eficiência administrativa e da satisfação dos clientes.

Reputação

Aliado aos resultados econômicos e financeiros, hoje, ter uma boa reputação é determinante para uma empresa ser bem avaliada pelo mercado. Muito mais que ter processos bem estruturados, é preciso gerar valor e ser percebido de maneira positiva por seus públicos de relacionamento. Por isso, a reputação é uma construção permanente.

Segundo pesquisa realizada em 2017 pelo Reputation Institute, instituição de referência em estudos na área, a Unimed Belo Horizonte tem uma reputação forte no mercado, fruto do trabalho ético, transparente e respeitoso, executado com dedicação e compromisso por médicos cooperados, colaboradores e parceiros para oferecer as melhores soluções em saúde para os nossos clientes. Manter a boa reputação da Unimed-BH e fortalecê-la tem sido um ponto de atuação importante na estratégia da Cooperativa. Por isso, desenvolvemos, desde 2018, um projeto para gerar a gestão dos bons resultados, levando em consideração os pontos fortes, já percebidos de forma positiva, a serem continuamente trabalhados, e as oportunidades de melhoria que impactam a percepção da marca.

Foi definido um Comitê de Imagem, Reputação e Sustentabilidade, composto pelos superintendentes de área, que se reúnem para tratar de temas concernentes ao gerenciamento da reputação e sustentabilidade. Além disso, foi desenvolvido um projeto para melhorar a efetividade da resposta para os públicos de relacionamento. A gestão de crise também foi intensificada, com a criação de um grupo específico para análise e tratativa de situações de crise.

Rede assistencial

Para cumprir sua missão de prestar assistência integral aos mais de 1,3 milhão de clientes, a Unimed-BH conta com uma rede de serviços composta por 340 unidades assistenciais, entre hospitais, clínicas e laboratórios próprios e credenciados. As unidades são organizadas em redes regionais, estrategicamente posicionadas para estarem presentes aonde o cliente precisa, em tempo oportuno e com os recursos adequados. Juntas, rede própria e credenciada realizaram 8,5 milhões de consultas médicas, 31 milhões de exames e terapias e 165 mil internações em 2019.

A qualidade desses prestadores de serviço em saúde é monitorada e reconhecida, há três anos, pelo Selo de Excelência Assistencial. A iniciativa da Unimed-BH tem como objetivo incentivar e promover efetivamente a melhoria da qualidade da assistência prestada aos seus clientes e aos demais usuários dos serviços na rede credenciada, que se beneficiam diretamente desse movimento. Em seu primeiro ciclo, foram premiados 14 hospitais que conquistaram pelo menos três das cinco dimensões do Selo: Segurança, Acesso, Desempenho, Certificação e Experiência do Cliente. No segundo ciclo, realizado em 2018, foram premiados 19 prestadores, entre hospitais e clínicas de oncologia. Em 2019, no terceiro ciclo do programa, foram 30 hospitais e serviços de oncologia e imagem premiados.

As unidades assistenciais próprias, incluindo hospitais e ambulatórios, contribuem para o atendimento aos pacientes e para a sustentabilidade da Cooperativa, realizando consultas médicas e atividades de atenção primária e promoção da saúde. Dentre os serviços oferecidos, incluem-se os Centros de Radiologia e Exames, Laboratório, Atendimento Móvel em Saúde (ambulâncias), Atenção Domiciliar e Saúde Ocupacional.

A rede é um dos eixos de sustentabilidade da Unimed-BH e a principal plataforma para inovar em gestão e em atenção à saúde. Também é importante para garantir o atendimento de excelência aos clientes. Por esses motivos, o fortalecimento e a melhoria contínua da Rede Própria Unimed-BH é um caminho percorrido ano a ano. Exemplo disso é o investimento em novas unidades e serviços. Em 2019, a cooperativa inaugurou um novo hospital em Betim, no qual investiu R\$ 250 milhões em recursos próprios. Além disso, a estrutura do antigo hospital na cidade passou a abrigar um novo serviço, a Clínica Unimed, com atendimento em Clínica Médica e Pediatria e consultas agendadas para o mesmo dia.

Atenção à saúde: foco do cliente

Além de promover melhorias na Rede Assistencial, a Unimed-BH realiza ações voltadas para o cuidado integral ao cliente. Seja na prevenção de doenças e na promoção da saúde, com as iniciativas realizadas nos Grupos de Promoção da Saúde presentes nas unidades ambulatoriais próprias, seja no cuidado prestado após a alta hospitalar, recebido pelos pacientes em acompanhamento pela Atenção Domiciliar.

Para identificar oportunidades de melhoria da experiência do cliente, a Unimed-BH passou a ouvir os clientes atendidos em toda a nossa rede por meio da metodologia Net Promoter Score - NPS, que mede a satisfação e o grau de recomendação dos serviços pelos clientes. Em 2019, os resultados da pesquisa passaram a ser compartilhados com os clientes.

Para incentivar o desenvolvimento contínuo da rede de atendimento, em 2013 a cooperativa deu início a um programa interno de qualidade. Em visitas periódicas aos prestadores e aos cooperados, uma equipe multidisciplinar de auditores em saúde avalia a estrutura e os processos de cada serviço com foco na proposição de ações que possam gerar avanços em qualidade e segurança assistencial. Em 2019, dos 550 serviços elegíveis ao programa de qualificação, 512, ou seja, 93% das unidades, apresentaram conformidade nos processos de gestão e assistenciais. Os 38 restantes seguiram em acompanhamento, sendo assessores pelos auditores para o aprimoramento de suas atividades.

Ao longo de 2019, também foram desenvolvidas as Diretrizes de Qualidade Assistencial (DQAs), construídas com base nas melhores práticas médicas em todo o mundo. O objetivo é que essas DQAs sirvam de apoio para as decisões assistenciais. Os cooperados puderam opinar sobre o material por meio de consultas públicas e o conteúdo final foi validado pelos Comitês de Especialidades. Atualmente, estão disponíveis 11 DQAs no Site do Cooperado.

Inovação

A inovação faz parte do dia a dia da Unimed-BH. Com o olhar sempre voltado para as novas tendências, a Cooperativa vem investindo no desenvolvimento tecnológico e na melhoria dos processos. O uso de Inteligência Artificial e de outros recursos tecnológicos, como aplicativos e plataformas digitais, já fazem parte da nossa realidade.

Em 2019, ampliamos o uso de Inteligência Artificial (IA) nos processos, com o objetivo de gerar ainda mais eficiência e otimizando o trabalho das equipes. Dois importantes projetos foram desenvolvidos e reconhecidos ao longo do ano: o uso da IA na autorização e o Repositório de diagnósticos clínicos. O primeiro usa algoritmos para tornar o processo de autorização mais dinâmico. Em um ano, registramos 38% de automatização das guias encaminhadas para a auditoria. O segundo projeto sistematiza e gerencia dados sobre diagnósticos dos clientes Unimed-BH, reunindo em uma única base de dados todas as informações sobre o perfil de doenças dos clientes da Unimed-BH. O objetivo é proporcionar melhorias no serviço prestado ao cliente, traçando ações proativas na detecção e encaminhamento dos pacientes para programas de atenção à saúde e intervenções.

Outro projeto com foco na cultura da inovação é o Juntos Inovamos, que reconhece, todos os anos, as ideias inovadoras propostas por colaboradores e as boas práticas já desenvolvidas na cooperativa. Em 2019, foram registradas mais de 365 inscrições na plataforma do programa.

Relacionamento com os médicos cooperados

A Unimed-BH desenvolve uma série de ações de relacionamento que atendem a cada perfil de cooperado, com os objetivos de promover uma maior aproximação junto à Cooperativa, informar, atualizar e apoiar as decisões coletivas. Em 2019, foram realizadas 9.075 visitas aos médicos cooperados em seus locais de atendimento, com 99,6% de satisfação. Além disso, foram realizados 1.975 atendimentos na Casa do Cooperado e 28.106 contatos com analistas de relacionamento realizados por telefone.

A participação crescente dos médicos cooperados tem feito a diferença e, em 2019, uma média de 3,7 mil cooperados participou das Assembleias Gerais realizadas. Para ampliar as oportunidades de participação, foram realizados 35 eventos em 2019, entre eles estão Cafés do Cooperado, Fóruns de Ideias e Unimed-BH Convida. Com o tema “Conexões humanas na era digital”, em outubro, foi realizado o 14º Encontro de Cooperados, que recebeu 2.454 participantes.

Além disso, a cooperativa recebeu 107 novos cooperados em 2019. E, no mês de outubro, foi realizada mais uma eleição de delegados para o mandato 2019-2023, com a participação de 4.155 cooperados. Os participantes tiveram a oportunidade de escolher seus representantes por especialidade para compor a Assembleia Geral de Delegados, instância responsável pelo julgamento dos recursos de Processos Administrativos-disciplinares. Ao todo, 106 delegados foram eleitos, com uma renovação de 64% dos membros. Os delegados compõem o Conselho Social, junto com os membros dos Conselhos de Administração, Fiscal e Técnico-secretário, do Núcleo de Integração com Cooperados (Nicoop) e do Conselho Consultivo do Instituto Unimed-BH.

Como resultado do ano, foi registrada mais uma distribuição recorde de recursos em 2019: R\$ 1,16 bilhões foram pagos em remuneração para os médicos cooperados e mais de R\$ 473 milhões foram distribuídos na forma de benefícios. Destes, por decisão da Assembleia Geral de Cooperados, R\$ 137,5 milhões foram destinados à Produção Complementar e R\$ 75 milhões ao aporte na Previdência.

O modelo de remuneração variável também evoluiu com a criação do Índice de Desempenho e Competitividade (IDC), que garante ganhos progressivos vinculados à meta de Despesas Médicas por rede ou local de atendimento (sinistralidade). A cada 0,5% de redução na sinistralidade, os cooperados recebem o dobro em incremento: 1%. Quanto mais economia gerada para a Cooperativa, mais os cooperados podem ganhar.

Relacionamento com os clientes

No centro da nossa estratégia a Unimed-BH estão mais de 1,3 milhão de clientes, reforçando o nosso compromisso com a satisfação e a melhor experiência assistencial. Por isso, a cooperativa investe continuamente em rede, acesso, tecnologia e inovação, com o objetivo de garantir uma assistência de qualidade.

Ouvir, tratar e solucionar as demandas de nossos clientes de forma rápida e resolutiva foram algumas das nossas principais metas em 2019. Sendo assim, com ações focadas na melhoria do relacionamento com este público, o número de manifestações dos clientes teve uma redução significativa, passando de 18,8 mil em 2018 para 15,8 em 2019. Ou seja, uma queda de 15%. Observou-se também uma melhoria no tempo médio de espera dos clientes para retorno de uma demanda do Fala Cliente, que caiu de 7,6 dias úteis em janeiro para 4,4 dias úteis em dezembro, o que representa uma redução de 42%.

A Unimed-BH também investiu em ações de prevenção com especial atenção, aos pacientes mais sensíveis, como idosos e doentes crônicos. Os grupos de promoção da saúde como o Unibaby, Viver Bem e o de Perda de Peso, reuniram mais de 34 mil clientes em 2019 para atividades voltadas à mudança de hábitos. A cooperativa oferece, ainda, outros 16 programas destinados à melhoria da qualidade de vida e à prevenção de doenças.

Eficiência e solidez econômico-financeira

Em 2019, um conjunto de estratégias, resultados e eventos contribuiu para fortalecer a solidez econômico-financeira da Unimed-BH. Um dos indicadores mais significativos é o crescimento de 16,57% no Patrimônio Líquido (PL) no ano, alcançando R\$ 2.114.153 mil. Além dos resultados positivos ao longo dos anos, o principal impulso tem sido a valorização do capital social dos cooperados. São R\$ 661.169 mil, que representam 31% do PL. Com isso, a Unimed-BH figura como a maior cooperativa mineira em patrimônio líquido, ativos totais e capital social de acordo com o Anuário de Informações Econômicas e Sociais do Cooperativismo Mineiro 2019, publicado pelo Sistema Ocemg.

A Cooperativa também fortaleceu a sua diretriz interna de responsabilidade na gestão, com foco no profissionalismo, na austeridade e no aumento da eficiência operacional. Como resultado, a Unimed-BH mantém o selo do Programa de Acreditação de Operadoras, concedido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A Cooperativa se classifica no nível 1, o mais alto da escala.

Responsabilidade social

O Instituto Unimed-BH, braço social da Cooperativa fundado em 2003, conduz o Programa de Responsabilidade Social em cinco linhas de atuação: cultura, comunidade, adoção de espaços públicos, voluntariado e meio ambiente.

Destaca-se o Programa Sociocultural, apontado pelo Ministério da Cultura como a maior iniciativa de fomento no país por meio do incentivo fiscal a pessoas físicas. Em 2019, o programa contou com a adesão de 5.162 cooperados e colaboradores incentivadores, que resultaram no valor de R\$14.643.480 captados que serão executados em cerca de 40 projetos previstos para 2020.

A cada ano, a seleção dos projetos envolve um processo cuidadoso de avaliação. Além do atendimento aos critérios da Política de Patrocínio da Unimed Belo Horizonte, cada ação é analisada e chancelada pelo Conselho Consultivo do Instituto Unimed-BH, formado por médicos cooperados. O acompanhamento das atividades e da prestação de contas é uma constante, com processos auditados e disponíveis para consulta no Ministério da Cultura.

PERSPECTIVAS E PLANOS DA ADMINISTRAÇÃO PARA EXERCÍCIOS SEGUINTES

Uma das pioneiras na organização do trabalho médico e da assistência à saúde no Brasil sob o modelo cooperativo, a Unimed-BH é, atualmente, referência no cenário da saúde suplementar do país. As medidas de austeridade e busca de eficiência na assistência à saúde e na operação, somadas ao engajamento das equipes na aplicação de novas tecnologias, asseguraram resultados positivos e permanecem com diretrizes para 2020.

Seguindo no caminho de melhoria contínua, a Cooperativa dará continuidade às ações pautadas na qualidade, eficiência, austeridade e inovação. O propósito cuidar da saúde e permanecer fazendo a diferença na vida das pessoas, dando cada passo em pro do bem comum e do desenvolvimento.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

A Unimed-BH tem participação acionária de 14,38% (13,74% em 2018) na Unimed Participações S/A, holding do Sistema Unimed e controladora das empresas Unimed Seguradora, Unimed Administração e Serviços e Unimed Corretora, que representa os interesses das cooperativas e do Sistema Unimed junto às suas controladas, na condução dos negócios. A Unimed Participações atua de forma a sustentar as necessidades de capital das empresas controladas, captando recursos e acompanhando suas performances, sempre em busca de otimizar a rentabilidade dos investimentos das sócias. O investimento total está registrado pelo valor de R\$ 159.235 mil.

Com foco na melhoria da qualidade assistencial, a Unimed-BH inaugurou o Hospital Unimed – Unidade Betim. Quinto da rede própria, o novo hospital demandou investimentos de R\$ 250 milhões, totalmente realizados com recursos. A nova unidade amplia o acesso à saúde de mais de 125 mil clientes em Betim e região. O espaço ocupado pelo antigo hospital na cidade se tornou a Clínica Unimed, com atendimentos nas especialidades de Clínica Médica e Pediatria, com agendamento de consultas para o mesmo dia. O Hospital Infantil São Camilo Unimed ganhou uma nova Unidade de Terapia Intensiva, com 20 leitos, equipamentos de ponta e com um time multidisciplinar com mais de 80 profissionais da área da saúde.

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA

A Cooperativa participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Para as aplicações financeiras classificadas como “mantidos até o vencimento”, a Cooperativa tem a intenção e a capacidade financeira para mantê-las até o vencimento.

A abordagem da Cooperativa na Administração da Liquidez é de cumprir com suas obrigações nos vencimentos. Em 2019, o índice de Liquidez Geral foi de 1,68 e, para o curto prazo, Liquidez Corrente, o índice foi de 1,57.

A carteira de aplicações da Cooperativa possui mais de 61,19% do seu total em títulos em liquidez imediata, ou seja, com possibilidade de resgate em até D+1. Tal estratégia leva em consideração as necessidades de fluxo de caixa da Cooperativa e permite a manutenção de títulos até o vencimento, privilegiando as taxas de rentabilidade contratadas, evitando deságio se negociadas antes do prazo.

Projeções de desembolsos e recebimentos são estabelecidas para administrar a liquidez da Unimed-BH, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. A Cooperativa possui controles para gerenciar os recursos e garantir a suficiência para honrar seus compromissos. Não é prática da Cooperativa a obtenção de empréstimos bancários para suprir seu fluxo de caixa.

DIREITO DOS COOPERADOS

O capital social da Unimed-BH, pertencente a 5.544 cooperados (5.637 em 2018), é ilimitado quanto ao máximo, variando conforme o número de quotas-partes subscritas, não podendo, entretanto, para admissão de novos cooperados, ser inferior a R\$ 78 mil. A quota-parte é indivisível, intransfervel mesmo entre associados, não podendo ser negociada de modo algum nem dada em garantia. Ao ser admitido na Unimed-BH, o cooperado subscreeve, no mínimo, 7.762 quotas-partes no valor correspondente a R\$ 78 mil. Foi deliberada a integralização de capital no montante de R\$ 52.580 mil (R\$ 57.594 mil em 2018) através de juros sobre capital social, atualizado a 12%, e líquidos dos efeitos tributários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018				
(Valores expressos em milhares de reais)				
Ativo	Nota Explicativa	2019	2018	
Ativo Circulante				
Disponível	5	137.871	152.865	
Realizável		1.171.739	766.377	
Aplicações Financeiras	6	803.756	456.455	
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas.....	15.e	242.993	49.395	
Aplicações Livres.....		560.763	407.060	
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	7	195.792	156.865	
Contraprestação Pecuniária a Receber.....		79.424	93.974	
Participação de Beneficiários em Eventos indenizáveis		51.615	47.931	
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		64.753	14.960	
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	8	48.272	66.179	
Créditos Tributários e Previdenciários	9	58.012	22.334	
Bens e Títulos a Receber (i)	10	37.311	37.554	
Despesas Antecipadas		407	631	
Conta Corrente com Cooperados	11	28.189	26.359	
Total do Ativo Circulante		1.309.610	919.242	
Ativo não Circulante				
Realizável A Longo Prazo		1.079.698	1.102.117	
Aplicações Financeiras	6	509.717	611.741	
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas.....	15.e	422.238	525.508	
Aplicações Livres.....		87.479	86.233	
Créditos Tributários e Previdenciários	9	4.954	6.187	
Títulos e Créditos a Receber	10	1.098	4.759	
Ativo Fiscal Diferido	20.b	88.557	82.832	
Depósitos Judiciais e Fiscais	18	471.826	382.100	
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo		3.546	14.498	
Investimentos	12	246.651	206.846	
Participações Societárias Avaliadas Pelo Metodo De Equivalência Patrimonial.....		192.437	142.935	
Participações em Outras Sociedades.....		192.437	142.935	
Participações Societárias pelo Método de Custo		32.495	41.578	
Outros Investimentos		21.719	22.333	
Imobilizado	13	954.537	904.900	
Imóveis de Uso Próprio.....		801.464	616.258	
Imóveis – Hospitalares		466.942	280.826	
Imóveis – Não Hospitalares		334.522	335.432	
Imobilizado de Uso Próprio		150.202	95.387	
Imobilizado - Hospitalares.....		98.357	42.099	
Imobilizado - Não Hospitalares		51.845	53.288	
Imobilizações em Curso.....		1.203	192.416	
Outras Imobilizações.....		1.668	839	
Intangível	14	44.487	44.547	
Total do Ativo não Circulante		2.325.373	2.258.410	
Total do Ativo		3.634.983	3.177.652	
Passivo e do Patrimônio Líquido				
Passivo Circulante				
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	15	457.020	398.298	
Provisão para Remissão		10.443	8.643	
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS.....		38.329	66.237	
Eventos a Liquidar de Operações de Assistência à Saúde		227.902	214.404	
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - Outros Prestadores		160.198	91.307	
Outras Provisões Técnicas.....		20.148	17.707	
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		52.137	21.450	
Contraprestações a Restituir		220	137	
Receita Antecipada de Contraprestações		20.462	14.800	
Comercialização sobre Operações		880	499	
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		28.309	5.703	
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde.....		2.266	311	
Débitos de Operações Assist. à Saúde Não Relacion. c/ Pl. Saúde da OPS.....		15.301	38.496	
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	16	128.248	113.572	
Tributos e Contribuições		128.248	113.572	
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	17	30.820	31.021	
Débitos Diversos		94.124	98.948	
Conta-Corrente de Cooperados	11	554	4.215	
Total do Passivo Circulante		778.204	706.000	
Passivo não Circulante				
Exigível a Longo Prazo				
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	15	357.447	291.625	
Provisão para Remissão		17.364	14.166	
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS				

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADOS POR ATO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais)

Nota Explicativa	2019				2018				
	Atos Cooperativos		Ato Não Cooperativo	Total	Atos Cooperativos		Ato Não Cooperativo	Total	
	Principais	Auxiliares			Principais	Auxiliares			
Contraprestações Efetivas de Operações com Plano de Assistência à Saúde.....	21	2.102.671	1.999.669	112.708	4.215.048	1.955.464	1.890.670	71.011	3.917.145
Receitas com Operação de Assistência à Saúde.....		2.161.446	2.059.329	120.649	4.341.424	1.990.332	1.952.739	80.442	4.023.513
Contraprestações Líquidas.....		2.189.036	2.079.442	122.358	4.390.836	2.006.097	1.958.272	80.672	4.045.041
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde.....		(27.590)	(20.113)	(1.709)	(49.412)	(15.765)	(5.533)	(230)	(21.528)
(-) Tributos Diretos de Operações Com Planos de Assistência à Saúde da Operadora.....		(58.775)	(59.660)	(7.941)	(126.376)	(34.868)	(62.069)	(9.431)	(106.368)
Eventos Indenizáveis Líquidos.....	22	(1.561.865)	(1.636.713)	(147.464)	(3.346.042)	(1.483.325)	(1.492.225)	(79.454)	(3.055.004)
Eventos Conhecidos ou Avisados.....		(1.574.823)	(1.624.546)	(77.782)	(3.277.151)	(1.469.969)	(1.507.168)	(80.997)	(3.057.234)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados.....		12.958	(12.167)	(69.682)	(68.891)	(13.356)	14.943	643	2.230
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde.....	24	540.806	362.956	(34.756)	869.006	472.139	398.445	(8.443)	862.141
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde.....		926	708	42	1.676	882	661	29	1.572
Receitas Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora.....		97.157	126.800	13.509	237.466	95.700	145.771	9.318	250.789
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar.....		13.721	18.864	1.301	33.886	7.522	17.071	1.248	25.841
Receitas com Intercâmbio Eventual.....		60.149	104.339	3.331	167.819	84.114	124.158	4.899	213.171
Outras Receitas Operacionais.....		23.287	3.597	8.877	35.761	4.064	4.542	3.171	11.777
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde.....		(2.684)	(3.252)	(164)	(6.100)	(7.183)	(5.061)	(412)	(12.656)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde.....		(80.579)	(60.200)	(4.445)	(145.224)	(96.374)	(35.906)	(2.151)	(134.431)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde.....		(80.882)	(38.879)	(2.379)	(122.140)	(78.534)	(24.874)	(1.747)	(105.155)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças.....		(7.196)	(5.438)	(324)	(12.958)	(6.814)	(5.113)	(224)	(12.151)
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde.....		7.380	-	-	7.380	7.717	-	-	7.717
Provisão para Perdas Sobre Créditos.....		119	(15.883)	(1.742)	(17.506)	(18.743)	(5.919)	(180)	(24.842)
Outras Despesas Operações De Assistência à Saúde Não Relacionadas Com Planos de Saúde da Operadora.....		(67.043)	(81.274)	(947)	(149.264)	(83.778)	(112.548)	(3.143)	(199.469)
Resultado Bruto.....		488.583	345.738	(26.761)	807.560	381.386	391.362	(4.802)	767.946
Despesas de comercialização.....		(22.041)	(16.715)	(968)	(39.724)	(18.821)	(14.058)	(611)	(33.490)
Despesas administrativas.....	25	(306.291)	(160.382)	(14.398)	(481.071)	(329.710)	(141.264)	(9.156)	(480.130)
Resultado Financeiro Líquido.....	26	(68.338)	2.881	81.943	16.486	(65.064)	2.292	78.600	15.828
Receitas Financeiras.....		18.252	13.718	82.704	114.674	19.121	13.779	79.098	111.998
Despesas Financeiras.....		(86.590)	(10.837)	(761)	(98.188)	(84.185)	(11.487)	(498)	(96.170)
Resultado Patrimonial.....		(4.104)	(3.214)	42.785	35.467	1.482	778	11.860	14.120
Receitas Patrimoniais.....		4.494	2.426	43.511	50.431	2.000	1.130	11.949	15.079
Despesas Patrimoniais.....		(8.598)	(5.640)	(726)	(14.964)	(518)	(352)	(89)	(959)
Resultado Antes dos Impostos e Participações.....		87.809	168.308	82.601	338.718	(30.727)	239.110	75.891	284.274
Imposto de renda.....	20	-	(27.362)	(14.434)	(41.796)	-	(52.176)	(16.560)	(68.736)
Contribuição social.....	20	-	(14.513)	(7.656)	(22.169)	-	(23.958)	(7.604)	(31.562)
Impostos Diferidos.....	20	-	4.177	2.204	6.381	-	14.992	4.758	19.750
Participação nas sobras.....		(5.297)	(4.058)	(237)	(9.592)	(5.941)	(4.466)	(195)	(10.602)
Resultado Líquido.....		82.512	126.552	62.478	271.542	(36.668)	173.502	56.290	193.124

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	2019				2018			
	Atos Cooperativos		Ato Não Cooperativo	Total	Atos Cooperativos		Ato Não Cooperativo	Total
	Principais	Auxiliares			Principais	Auxiliares		
Sobras Líquida do Exercício.....	82.512	126.552	62.478	271.542	(36.668)	173.502	56.290	193.124
Resultados abrangentes								
Outros resultados abrangentes.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total.....	82.512	126.552	62.478	271.542	(36.668)	173.502	56.290	193.124

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais)

	2019		2018		Reserva de Reavaliação	Resultados Acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Fates	Reserva pró-família			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.....	575.970	52.934	725.938	158.563	23.680	52.713	1.589.798
Incorporação HISC.....	-	(22.399)	-	-	1.816	-	(20.583)
Aumento (Redução) de Capital.....							
Integralização de capital com Juros de Capital Próprio.....	57.594	-	-	-	-	-	57.594
Integralização de capital com entrada de novos cooperados.....	4.329	-	-	-	-	-	4.329
Devolução de capital.....	(12.169)	-	-	-	-	-	(12.169)
Reservas.....							
Reversão de Fundos.....	-	10.878	-	-	-	-	10.878
Aporte no Fundo pró-família.....	-	-	-	52.713	-	(52.713)	-
Pagamento de benefícios do Fundo pró-família.....	-	-	-	(9.897)	-	-	(9.897)
Total de transações de Capital e realização/constituição de reservas.....	49.754	(11.521)	-	42.816	1.816	(52.713)	30.152
Sobra líquida do exercício - Ato Cooperativo Principal.....	-	-	-	-	-	(36.668)	(36.668)
Absorção de despesas pelo uso do Fates no exercício.....	-	-	(85.977)	-	-	85.977	-
Realização da reserva de reavaliação.....	-	-	-	-	(312)	312	-
Constituição dos fundos obrigatórios.....							
Fundo de Reserva 10% s/Sobra líquida do Exercício.....	-	4.962	-	-	-	(4.962)	-
Fates Estatutário 5% s/Sobra líquida do Exercício.....	-	-	2.481	-	-	(2.481)	-
Total do Resultado do Ato Cooperativo Principal e realização/constituição de reservas.....	-	4.962	(83.496)	-	(312)	42.178	(36.668)
Resultado com Ato Cooperativo Auxiliar e Ato não Cooperativo.....	-	-	-	-	-	229.792	229.792
Realização da reserva de reavaliação.....	-	-	-	-	(171)	171	-
IRPJ e CSLL sobre realização da reserva de reavaliação.....	-	-	-	-	-	-	-
IRPJ e CSLL sobre realização da reserva de reavaliação.....	-	-	-	-	58	(58)	-
IRPJ e CSLL sobre reversão (variação percentual atos coop.) da reserva de reavaliação.....	-	-	-	-	629	-	629
Constituição dos fundos obrigatórios.....							
Fates - Resultado com Ato Cooperativo Auxiliar e Ato não Cooperativo.....	-	-	229.905	-	-	(229.905)	-
Total do Resultado do Ato Cooperativo Auxiliar e Ato não Cooperativo e realização/constituição de reservas.....	-	-	229.905	-	516	-	230.421
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.....	625.724	46.375	872.347	201.379	25.700	42.178	1.813.703
Aumento (Redução) de Capital.....							
Integralização de capital com Juros de Capital Próprio.....	52.580	-	-	-	-	-	52.580
Integralização de capital com entrada de novos cooperados.....	10.939	-	-	-	-	-	10.939
Devolução de capital.....	(28.074)	-	-	-	-	-	(28.074)
Reservas.....							
Aporte no Fundo pró-família.....	-	-	-	42.178	-	(42.178)	-
Pagamento de benefícios do fundo pró-família.....	-	-	-	(12.069)	-	-	(12.069)
Total de transações de Capital e realização/constituição de reservas.....	35.445	-	-	30.109	-	(42.178)	23.376
Sobra líquida do exercício - Ato Cooperativo Principal.....	-	-	-	-	-	82.512	82.512
Absorção de despesas pelo uso do Fates no exercício.....	-	-	(86.273)	-	-	86.273	-
Realização da reserva de reavaliação.....	-	-	-	-	(379)	379	-
Constituição dos fundos obrigatórios.....							
Fundo de Reserva 10% s/Sobra líquida do Exercício.....	-	16.916	-	-	-	(16.916)	-
Fates Estatutário 5% s/Sobra líquida do Exercício.....	-	-	8.458	-	-	(8.458)	-
Total do Resultado do Ato Cooperativo Principal e realização/constituição de reservas.....	-	16.916	(77.815)	-	(379)	143.790	82.512
Resultado com Ato Cooperativo Auxiliar e Ato não Cooperativo.....	-	-	-	-	-	189.030	189.030
Realização da reserva de reavaliação.....	-	-	-	-	(216)	216	-
IRPJ e CSLL sobre realização da reserva de reavaliação.....	-	-	-	-	-	-	-
IRPJ e CSLL sobre realização da reserva de reavaliação.....	-	-	-	-	74	(74)	-
IRPJ e CSLL sobre reversão (variação percentual atos coop.) da reserva de reavaliação.....	-	-	-	-	(655)	-	(655)
Outras.....	-	-	-	-	-	6.187	6.187
Constituição dos fundos obrigatórios.....							
Fates - Resultado com Ato Cooperativo Auxiliar e Ato não Cooperativo.....	-	-	195.359	-	-	(195.359)	-
Total do Resultado do Ato Cooperativo Auxiliar e Ato não Cooperativo e realização/constituição de reservas.....	-	-	195.359	-	(797)	-	194.562
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019.....	661.169	63.291	989.891	231.488	24.524	143.790	2.114.153

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos impostos.....	329.126	273.673
Ajustes ao Resultado:		
Atividades operacionais:		
Provisões de contingências.....	52.316	73.716
Juros líquidos de longo prazo.....	22.916	(74.803)
Equivalência patrimonial.....	(26.653)	(4.499)
Depreciações e amortizações.....	37.708	32.895
Baixa do ativo não circulante.....	3.854	2.389
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde.....	111.047	47.938
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(10.400)	8.567
Juros sobre o capital social.....	(52.580)	57.594
Provisão para participação nos resultados.....	9.592	10.602
Provisão para Perda de Investimento.....	13.331	45
Aumento de Investimento por Incorporação de Sobras.....	(6.067)	(3.149)
Aumento (Redução) nos ativos operacionais:	589.350	424.968
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde.....	(33.281)	10.926
Créditos de Oper. Assist. À Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora.....	22.662	(33.792)
Créditos Tributário e Previdenciário.....	(34.446)	62.595
Bens e Títulos a Receber.....	243	(11.401)
Despesas antecipadas.....	224	1.638
Conta Corrente de Cooperados.....	(1.830)	(3.308)
Títulos e Créditos a Receber.....	3.662	(352)
Depósitos judiciais e fiscais.....	(89.042)	(90.346)
Outros Créditos a Receber.....	10.953	(11.061)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Eventos a Liquidar de Operações de Assistência à Saúde.....	13.498	8.493
Contraprestações a Restituir.....	83	41
Receita Antecipada de Contraprestações.....	5.662	3.461
Comercialização sobre Operações.....	381	(742)
Débitos de Operações Assistência à Saúde.....	1.955	83
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde.....	22.606	(8.

Unimed Belo Horizonte

Cooperativa de Trabalho Médico

Unimed 
Belo Horizonte

3/8

ANS - nº 34.388-9

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional da Cooperativa

A Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico (doravante denominada Cooperativa, Unimed - BH, Entidade ou Operadora) é uma cooperativa de serviços médicos e hospitalares, constituída em 1º de abril de 1971 por médicos cooperados e tem por objetivo a defesa econômica e social do trabalho de seus cooperados, promovendo contratos para a prestação de serviços de assistência médico-hospitalares individuais, familiares e coletivos. É seu objetivo, ainda, a educação cooperativista de seus cooperados e a participação em campanhas de expansão do cooperativismo e de modernização de suas técnicas. A sua sede é em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, atuando também nos municípios de Baldim, Betim, Barão de Cocais, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Catas Altas, Conceição do Mato Dentro, Confins, Contagem, Esmeraldas, Ibitiré, Igarapé, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mario Campos, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Bárbara, Santa Luzia, Santana do Riacho, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), bem como as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS, bem como as interpretações e as orientações emitidas por aquele Comitê.

A escrituração contábil segue o Plano de Contas Padrão da ANS e o modelo de apresentação das demonstrações financeiras a ser adotados obrigatoriamente pelas Operadoras de Planos de Assistência à Saúde, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução Normativa nº 435/2018 que revogou a Resolução Normativa nº 290/12 vigentes até 31/12/2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho Fiscal em 17 de fevereiro de 2020.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras, foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos, quando existentes), é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo, incluindo os ativos adquiridos por combinação de negócios. Os ativos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A Resolução Normativa nº 435/18 revogou a RN 290/12, alterando o modelo de Plano de Contas Padrão para as operadoras de planos de assistência à saúde. As modificações relevantes que impactam de forma significativa as demonstrações financeiras da Cooperativa tiveram efeito a partir de 2019.

A Cooperativa procedeu com o registro desta operação, em conformidade com a norma e para efeito de comparação, conforme disposições do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, feita em forma retrospectiva como se tivesse sido sempre aplicada. Vide nota explicativa nº4.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo, ou seja, a moeda do principal ambiente econômico no qual esta atua. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor e que visam a atender compromissos de curto prazo.

2.5 Aplicações financeiras

Incluem aplicações financeiras resgatáveis no prazo contratado e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e com prazos de vencimentos superiores a três meses a contar da data da contratação registrada no curto prazo. As aplicações financeiras são apresentadas como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. Todas as aplicações vinculadas às provisões técnicas foram registradas no ativo não circulante, observando o critério de indisponibilidade desse recurso financeiro.

2.6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde são avaliados no momento inicial pelo valor presente e deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que considera os títulos vencidos há mais de 60 dias da data do fechamento do exercício para os clientes pessoa física e 90 dias para os clientes pessoa jurídica e clientes de intercâmbio e todos os demais títulos em aberto dos clientes que se enquadram nos critérios citados, após análise individual efetuada pela Administração.

2.7 Investimentos em participação de outras entidades

Os investimentos em sociedades não cooperativa, coligadas, destinados a complementar a atividade do ato cooperativo, são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado. Os Investimentos em sociedade cooperativa de qualquer grau são registrados pelo custo de aquisição, e seus resultados contabilizados, de acordo com o princípio da Competência, em conta de ingresso que integra a conta de investimento da investidora. A cada data de fechamento do balanço patrimonial, existindo evidência de que o investimento sofreu perda, é constituída a provisão para desvalorização.

Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Cooperativa em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Cooperativa, direta ou indiretamente, tendo influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

2.8 Imobilizado

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

Os itens que compõem o grupo de imobilizado são reconhecidos pelo custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui também os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, conforme Pronunciamento Técnico CPC 20 - Custos de Empréstimos. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O método de depreciação linear é aplicado a todos os itens que compõem o grupo de imobilizado. A despesa de depreciação é registrada contra o resultado do exercício de acordo com sua estimativa de vida útil. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento em que os ativos estão instalados e prontos para uso. As vidas úteis e os valores residuais dos ativos são revisados anualmente.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados. Valor residual de um ativo é o valor que a Cooperativa obteria com a venda do ativo depois de deduzir as despesas de vendas.

A depreciação é reconhecida no resultado, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado foi revisada prospectivamente no ano de 2019 por empresa especializada. Em conformidade com o laudo emitido, as médias de depreciação das principais classes de ativo imobilizado estão descritas abaixo:

	Taxa média de depreciação	
	2019	2018
Edificações.....	2,00%	2,15%
Máquinas e equipamentos.....	16,59%	11,90%
Equipamentos de computação.....	17,86%	17,16%
Instalações.....	7,03%	11,05%
Móveis e utensílios	10,38%	12,46%
Veículos	13,09%	16,11%
Benfeitorias em imóveis de terceiros.....	14,82%	33,39%

2.9 Intangível

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A vida útil remanescente dos bens do intangível foi revisada, prospectivamente, no ano de 2019 por empresa especializada. Em conformidade com o laudo emitido, a amortização do ativo intangível corresponde a:

	Taxa média de depreciação	
	2019	2018
Software.....	18,75%	37,54%
Marca Hospital Infantil São Camilo	5,00%	5,00%
Acordo de não competitividade	20,00%	20,00%
Carteira de Clientes.....	20,00%	-

2.10 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.11 Tributação

2.11.1 Impostos sobre contraprestações

O PIS e a COFINS são calculados pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, com base no critério cumulativo, para os atos principais, auxiliares e não cooperativos, deduzindo-se as responsabilidades cedidas, a parcela das contraprestações pecuniárias destinada à constituição de provisões técnicas e o valor referente às indenizações correspondentes aos eventos ocorridos, efetivamente pagos, deduzidos das importâncias recebidas a título de transferência de responsabilidades, conforme determina a legislação fiscal. Os valores apurados em relação ao ato cooperativo estão sendo questionados judicialmente. Dessa maneira, os montantes devidos são depositados mensalmente em juízo e estão devidamente provisionados no passivo.

O imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) é calculado à alíquota de 3% sobre o faturamento. Nos termos da legislação, a Cooperativa está autorizada a deduzir da base de cálculo do ISSQN o valor recebido de terceiros e repassado a seus cooperados e a credenciados para a prática de ato cooperativo auxiliar, a título de remuneração pela prestação dos serviços, conforme Lei Municipal nº 8.725/03.

2.11.2 Imposto de renda e contribuição social - Correntes

A tributação sobre o resultado contábil dos atos auxiliares e não cooperativos, ajustado pelas adições e exclusões definidas na legislação fiscal, compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os resultados que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9%, reconhecida pelo regime de competência. As inclusões ao resultado de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas na apuração do resultado tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.11.3 Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias na data do balanço, considerando as diferenças entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação das despesas créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis serão gerados para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos não registrados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto que foram promulgadas na data do balanço.

2.12 Instrumentos financeiros

2.12.1 Ativos financeiros

A Cooperativa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

a. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

b. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos, com vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Cooperativa tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e as taxas ou os custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado.

c. Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Cooperativa compreendem o contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A Cooperativa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

2.12.2 Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como empréstimos e financiamentos, ou contas a pagar, conforme o caso. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende de sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

a. Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.13 Apuração de resultado

São classificadas como “Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde”, o resultado líquido dos ingressos (receitas), acrescidas das receitas de transferências de responsabilidades (intercâmbio) e deduzidas as variações das provisões técnicas, os abatimentos, cancelamentos e restituições, registrados por período de implantação do plano, natureza jurídica da contratação, modalidade da cobertura e classificados de acordo com os atos cooperativos principais, auxiliares e não cooperativos.

As receitas com as contraprestações de operações de assistência à saúde são reconhecidas na demonstração do resultado pelo respectivo período de cobertura contratual, respeitando o princípio da competência dos exercícios.

As despesas de comissões são reconhecidas na demonstração de resultado em consonância com as receitas correspondentes.

As despesas com intercâmbios (serviços prestados por outras Unimed's) são reconhecidas no momento em que avisadas pelas prestadoras.

As demais receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de resultado observando-se o regime de competência dos exercícios.

2.14 Atos cooperativos e não cooperativos

Os Atos Cooperativos são aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados, e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais, correspondendo ao valor dos serviços efetivamente realizados pelos cooperados, conforme definido no art. 79 da Lei nº 5.764/71.

Os Atos Auxiliares são aqueles que auxiliam o médico cooperado na sua prestação de serviços. Correspondem à utilização de hospitais, clínicas e laboratórios, e, sem essa estrutura, não se poderia praticar a medicina.

Os Atos Não Cooperativos são aqueles que não têm relação com os médicos cooperados, alheios ao propósito principal da Cooperativa médica. Como exemplo, cita-se a assistência odontológica, na qual nenhum dentista é cooperado da Unimed - BH e também os dispêndios com médicos não cooperados no atendimento de urgência e emergência em pronto-socorro hospitalar.

Os critérios de alocação dos dispêndios e das despesas gerais, bem como o faturamento e as demais receitas operacionais com atos cooperativos e não cooperativos, são como se segue:

Os custos diretos (eventos indenizáveis líquidos) da Cooperativa são identificados por ato cooperativo e ato não cooperativo.

O faturamento em coparticipação e custo operacional são classificados em ato cooperativo e ato cooperativo, de acordo com o evento ocorrido. Para o faturamento na modalidade de pré-pagamento, é efetuado um rateio proporcional ao custo direto desta modalidade.

As despesas e as demais receitas indiretas são segregadas proporcionalmente ao faturamento apurado para o ato cooperativo e não cooperativo, desde que não seja possível separar objetivamente o que pertence a cada espécie de despesa ou receita.

2.15 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Cooperativa concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não efetuou nenhum ajuste a valor presente dos ativos e passivos.

2.16 Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na prestação de serviços de operadora de plano de saúde e assistência médico e hospitalar, a Cooperativa está organizada em uma única unidade de negócio. Os serviços prestados pela Cooperativa, embora destinados a diversos segmentos de negócios da economia dos seus clientes, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes. Dessa maneira, os resultados da Cooperativa são acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.17 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Cooperativa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e também não planeja adotar essas normas de forma antecipada, com exceção da PEONA SUS conforme descrito abaixo.

Resoluções normativas da ANS

RN 442/2018 - Altera a Resolução Normativa - RN nº 393, de 9 de dezembro de 2015, que dispõe sobre os critérios de constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde. Inclui a Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados ocorridos no SUS - PEONA SUS e Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio - PIC.

Ambas as provisões poderão ser constituída gradualmente, de forma linear, ao longo de trinta e seis meses, a partir de janeiro de 2020.

A Cooperativa declina da opção de constituição gradual da PEONA SUS, permitida apenas a partir de 1º de janeiro de 2020, e dada a possibilidade de constituição integral até 1º de janeiro de 2020, decide pela contabilização do montante total de R\$ 67.555 apurado conforme metodologia padronizada ANS em 31/12/2019.

Em relação a Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio – PIC, em conformidade com a metodologia regulatória, não foi apurado valor a ser constituído.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu os seguintes pronunciamentos:

CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS 16;

CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS 15;

CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS 9;

Em conformidade com o Ofício-Circular nº1/2017/GGAME/DIRAD-DIOPE/DIOPE da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as Operadoras de planos de saúde devem continuar aplicando as normas vigentes, até que a ANS se manifeste sobre a aplicação dos referidos CPC’s.

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Cooperativa requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Cooperativa, a Administração fez os seguintes julgamentos, que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

3.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no método de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Cooperativa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

3.2 Vida útil e valor residual dos bens do ativo imobilizado e intangível

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.8 e 2.9, a depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de consultores externos que são revisados regularmente. A vida útil e os valores residuais estão corretamente avaliados e apresentados nas demonstrações financeiras.

3.3 Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

A Cooperativa constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das Autoridades Fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela Autoridade Fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Cooperativa.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e no nível de lucros tributáveis futuros, com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3.4 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Cooperativa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

O lançamento contábil referente a provisões é efetuado pela essência da operação, o fato de a operadora ter que liquidar uma obrigação, amigável ou judicialmente, não altera o registro contábil no resultado das operadoras, esse conceito é o que preconiza a aplicação da essência econômica sobre a forma jurídica.

A Cooperativa reconhece provisão técnica para: Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), Benefício de Remissão Concedido e Benefício de Remissão a Conceder, sendo essa última classificada como Outras Provisões Técnicas. Essas provisões referem-se a estimativas atuariais para fazer frente ao pagamento dos eventos ocorridos e que não tenham sido registrados contabilmente e para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações. O cálculo dessas provisões deve ser apurado conforme metodologia definida por atuário legalmente habilitado, em Nota Técnica Atuarial de Provisão (NTAP) devidamente aprovada pela DIOPE/ANS.

a. Provisões técnicas para benefícios de remissão concedido

A Resolução Normativa nº 393/15 determina a constituição da Provisão de benefícios de remissão concedido para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações referentes à cobertura de assistência à saúde, quando existentes. Entende-se por remissão o fato de os beneficiários ficarem isentos do pagamento das contraprestações, por um prazo predeterminado, em função da ocorrência do evento gerador conforme definido em contrato.

b. Provisões de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

Conforme disposto na Resolução Normativa no 393/15, a Cooperativa deve constituir mensalmente PEONA, estimada atuariamente para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente.

A PEONA é estimada com base em triângulos de *run-off* mensais, partindo do pressuposto de que os avisos referentes a eventos ocorridos nos últimos 12 meses se desenvolverão de forma similar àquela observada em períodos de ocorrência anteriores.

c. Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados ocorridos no SUS – PEONA SUS

Referente à estimativa do montante de eventos originados no Sistema Único de Saúde (SUS), que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora. Prevê o Art. 4º da RN 393/2015, após alterações produzidas pela RN 442/2018, que a referida provisão técnica inserida pelo inciso II-A deve ser apurada conforme metodologia atuarial definida por atuário legalmente habilitado e descrita em NTAP. Porém, faculta para as operadoras que não possuam metodologia atuarial própria, no Art. 12-B, da RN 393/2015, a possibilidade de cálculo da PEONA SUS nos moldes do Anexo VIII desta mesma RN - Bases técnicas para o cálculo da PEONA SUS por operadoras que não possuem metodologia atuarial própria. A Cooperativa, neste primeiro momento, optou pela metodologia padrão proposta pela ANS, e posteriormente estudará métodos próprios, a serem apresentados à ANS quando oportuno.

d. Ressarcimento ao SUS

O ressarcimento ao SUS, criado pelo art. 32 da Lei nº 9.656/1998 e regulamentado pelas normas da ANS é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos.

e. Evento a liquidar de operações de assistência à saúde

Correspondem aos valores líquidos a pagar aos médicos cooperados, aos hospitais, aos laboratórios, às clínicas e aos demais conveniados, contemplando o provisionamento dos eventos avisados, independentemente da apresentação do documento fiscal pelo prestador.

f. Provisão para Prêmios/Contraprestações Não Ganhas (PPCNG)

Compreendem as parcelas de contribuições não ganhas, relativas ao período de cobertura do risco, nos contratos em pré-pagamento, constituída e revertida mensalmente, no último dia do mês, em relação ao risco decorrido. A Cooperativa não emite uma única fatura com mais de uma competência, assim o cálculo *pro rata* dar-se-á apenas na primeira emissão de cobrança, após isso o faturamento é por única competência.

g. Outras Provisões Técnicas

O grupo “Outras Provisões Técnicas” contempla a Provisão de benefícios de remissão a conceder que é complementar a Provisão de benefícios de remissão concedido, já que, deve ser constituída enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício de remissão, para a cobertura, nas condições contratuais pactuadas, dos compromissos assumidos com os beneficiários com direito a cobertura. A metodologia de cálculo leva em consideração a expectativa de permanência dos titulares no plano até a sua saída por falecimento e a partir deste momento, tal cobertura, os custos relacionados à permanência dos dependentes no plano por período definido em contrato, uma vez que, estarão isentos do pagamento das contraprestações. Esta provisão foi aprovada pela ANS em 2017.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais)

h. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Cooperativa reconhece provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Esses critérios de classificação da estimativa da probabilidade de perda são igualmente utilizados em relação às multas administrativas aplicadas pela ANS que estejam sendo discutidas judicialmente e garantidas através de depósito integral do valor reputado indevido em razão da ilegalidade da aplicação da penalidade. Quando uma entidade está sujeita à obrigação legal, é improvável que essa obrigação não seja reconhecida nas demonstrações contábeis. Uma obrigação originada em lei só poderá ser tratada como remota ou possível se houver um fato específico que suporte esse julgamento, por exemplo, uma jurisprudência pacificada".

4 Reapresentação de valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e informações contábeis relativas às demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das demonstrações contábeis, em decorrência:

- (i) da reclassificação das despesas pagas com recursos do RATES que devem ser registradas no resultado ao invés do patrimônio líquido, desta forma, a Companhia efetuou a reclassificação no montante de R\$ 85.977 mil decorrente da adoção da ITG 2004.
(ii) durante o exercício de 2019, para atender as regras da RN nº 435/2018 emitida pela ANS, que dispõe sobre Plano de Contas Padrão da ANS e o modelo de apresentação das demonstrações financeiras a ser adotados obrigatoriamente pelas Operadoras de Planos de Assistência à Saúde, a Cooperativa procedeu com o registro desta operação e para efeito de comparação, conforme disposições do CPC 23 - Políticas, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros, aplicou de forma retrospectiva a RN435 como se tivesse sido sempre aplicada desde o exercício de 2018.

Um resumo dos efeitos da reapresentação no Balanço Patrimonial e nas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa encerrados em 31 de dezembro de 2018, estão apresentados a seguir:

4.1 Reconciliação do Balanço Patrimonial em 31/12/2018

Ativo	2018	Reclassificação	2018	Passivo e do Patrimônio Líquido	2018	Reclassificação	2018
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Disponível.....	152.865		152.865	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde.....	398.298		398.298
Realizável.....	766.377		766.377	Provisão para Remissão.....	8.643		8.643
Aplicações Financeiras.....	456.455		456.455	Provisão de Eventos a Liquidar para SUS.....	66.237		66.237
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas.....	49.395		49.395	Outras Provisões Técnicas.....	17.707	(17.707)	-
Aplicações Livres.....	407.060		407.060	Eventos a Liquidar de Operações de Assistência à Saúde.....	214.404		214.404
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde.....	156.865	-	156.865	Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - Outros Prestadores.....	91.307	-	91.307
Contraprestação Pecuniária a Receber.....	93.974		93.974	Outras Provisões Técnicas.....		17.707	17.707
Participação de Beneficiários em Eventos indenizáveis.....	-	47.931	47.931	Débitos de Operações de Assistência à Saúde.....	21.450		21.450
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde.....	14.960		14.960	Contraprestações a Restituir.....	137		137
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde.....	47.931	(47.931)	-	Receita Antecipada de Contraprestações.....	14.800		14.800
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora.....	66.179		66.179	Comercialização sobre Operações.....	499		499
Créditos Tributários e Previdenciários.....	22.334		22.334	Operadoras de Planos de Assistência à Saúde.....	5.703		5.703
Bens e Títulos a Receber (i).....	37.554		37.554	Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde.....	311		311
Despesas Antecipadas.....	631		631	Débitos de Operações Assist. à Saúde Não Relacion. c/ Pl. Saúde da OPS.....	38.496		38.496
Conta Corrente com Cooperados.....	26.359		26.359	Tributos e Encargos Sociais a Recolher.....	113.572		113.572
Total do ativo circulante.....	919.242		919.242	Tributos e Contribuições.....	113.572		113.572
Ativo não Circulante				Empréstimos e Financiamentos a Pagar.....	31.021		31.021
Realizável A Longo Prazo.....	1.102.117		1.102.117	Débitos Diversos.....	98.948		98.948
Aplicações Financeiras.....	611.741		611.741	Conta-Corrente de Cooperados.....	4.215		4.215
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas.....	525.508		525.508	Total do passivo circulante.....	706.000		706.000
Aplicações Livres.....	86.233		86.233	Passivo não Circulante			
Créditos Tributários e Previdenciários.....	6.187		6.187	Exigível a Longo Prazo.....			
Títulos e Créditos a Receber.....	4.759		4.759	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde.....	291.625		291.625
Ativo Fiscal Diferido.....	82.832		82.832	Provisão para Remissão.....	14.166		14.166
Depósitos Judiciais e Fiscais.....	382.100		382.100	Provisão de Eventos a Liquidar para SUS.....	132.756		132.756
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo.....	14.498		14.498	Outras Provisões Técnicas.....	144.703		144.703
Investimentos.....	184.513	22.333	206.846	Provisões Judiciais.....	317.182		317.182
Participações Societárias Avaliadas Pelo Método De Equivalência Patrimonial.....	-	142.935	142.935	Provisão para contingência.....	317.182		317.182
Participações em Outras Sociedades.....	-	142.935	142.935	Tributos e Contribuições a Recolher.....	1.735		1.735
Participações Societárias pelo Método de Custo.....	-	41.578	41.578	Empréstimos e Financiamentos a Pagar.....	46.230		46.230
Outros Investimentos.....	184.513	(162.180)	22.333	Débitos Diversos.....	1.177		1.177
Imobilizado.....	927.233	(22.333)	904.900	Total do passivo não circulante.....	657.949		657.949
Imóveis de Uso Próprio.....	638.591	(22.333)	616.258	Patrimônio Líquido			
Imóveis – Hospitalares.....	293.081	(12.255)	280.826	Capital Social.....	625.724		625.724
Imóveis – Não Hospitalares.....	345.510	(10.078)	335.432	Reservas.....	1.146.066	(265)	1.145.801
Imobilizado de Uso Próprio.....	95.387		95.387	Reservas de Reavaliação.....	25.700		25.700
Imobilizado - Hospitalares.....	42.099		42.099	Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits.....	1.120.366	(265)	1.120.101
Imobilizado - Não Hospitalares.....	53.288		53.288	Lucros (Superávits) ou Prejuízos (Déficits) Acumulados ou Resultado.....	41.913	265	42.178
Imobilizações em Curso.....	192.416		192.416	Total do patrimônio líquido.....	1.813.703		1.813.703
Outras Imobilizações.....	839		839	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido.....	3.177.652		3.177.652
Intangível.....	44.547		44.547				
Total do ativo não circulante.....	2.258.410		2.258.410				
Total do Ativo.....	3.177.652		3.177.652				

4.2 Reconciliação da Demonstração do Resultado do Exercício e abrangente Segregado Por Ato em 31/12/2018

	2018				Reclassificação	2018			
	Atos Cooperativos			Total		Atos Cooperativos			Total
	Principais	Auxiliares	Ato Não Cooperativo			Principais	Principais	Auxiliares	
	Ingressos (Dispêndios)	Receitas (Despesas)			Ingressos (Dispêndios)	Ingressos (Dispêndios)	Receitas (Despesas)		
Contraprestações Efetivas de Operações com Plano de Assistência à Saúde.....	1.955.464	1.890.670	71.011	3.917.145	-	1.955.464	1.890.670	71.011	3.917.145
Eventos Indenizáveis Líquidos.....	(1.483.325)	(1.492.225)	(79.454)	(3.055.004)	-	(1.483.325)	(1.492.225)	(79.454)	(3.055.004)
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde.....	472.139	398.445	(8.443)	862.141	-	472.139	398.445	(8.443)	862.141
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde.....	882	661	29	1.572		882	661	29	1.572
Receitas Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora.....	95.700	145.771	9.318	250.789	-	95.700	145.771	9.318	250.789
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde.....	(7.183)	(5.061)	(412)	(12.656)		(7.183)	(5.061)	(412)	(12.656)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde.....	(96.374)	(35.906)	(2.151)	(134.431)	-	(96.374)	(35.906)	(2.151)	(134.431)
Outras Despesas Operações De Assistência à Saúde Não Relacionadas Com Planos de Saúde da Operadora.....	(83.778)	(112.548)	(3.143)	(199.469)		(83.778)	(112.548)	(3.143)	(199.469)
Resultado Bruto.....	381.386	391.362	(4.802)	767.946	-	381.386	391.362	(4.802)	767.946
Despesas de comercialização.....	(18.821)	(14.058)	(611)	(33.490)		(18.821)	(14.058)	(611)	(33.490)
Despesas administrativas.....	(243.733)	(141.264)	(9.156)	(394.153)	(85.977)	(329.710)	(141.264)	(9.156)	(480.130)
Resultado Financeiro Líquido.....	(65.064)	2.292	78.600	15.828	-	(65.064)	2.292	78.600	15.828
Resultado Patrimonial.....	1.482	778	11.860	14.120	-	1.482	778	11.860	14.120
Resultado Antes dos Impostos e Participações.....	55.250	239.110	75.891	370.251	(85.977)	(30.727)	239.110	75.891	284.274
Impostos e Participações.....	(5.941)	(65.608)	(19.601)	(91.150)		(5.941)	(65.608)	(19.601)	(91.150)
Resultado Líquido.....	49.309	173.502	56.290	279.101	(85.977)	(36.668)	173.502	56.290	193.124
RESULTADOS ABRANGENTES									
Sobras líquidas.....	49.309	173.502	56.290	279.101	(85.977)	(36.668)	173.502	56.290	193.124
Resultados Abrangentes.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Abrangente Total.....	49.309	173.502	56.290	279.101	(85.977)	(36.668)	173.502	56.290	193.124

4.3 Reconciliação da mutação do patrimônio líquido em 31/12/2018

	Capital social	Reserva legal	Fates	Reserva pró-família	Reserva de Reavaliação	Resultados Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2017.....	575.970	52.934	725.938	158.563	23.680	52.713	1.589.798
Incorporação HISC.....	-	(22.399)	-	-	1.816	-	(20.583)
Aumento (Redução) de Capital.....							
Integralização de capital com Juros de Capital Próprio.....	57.594	-	-	-	-	-	57.594
Integralização de capital com entrada de novos cooperados.....	4.329	-	-	-	-	-	4.329
Devolução de capital.....	(12.169)	-	-	-	-	-	(12.169)
Reservas.....							
Reversão de Fundos.....	-	10.878	-	-	-	-	10.878
Aporte no Fundo pró-família.....	-	-	-	52.713	-	(52.713)	-
Pagamento de benefícios do fundo pró-família.....	-	-	-	(9.897)	-	-	(9.897)
Sobra líquida do exercício Ato Cooperativo Principal.....	-	-	-	-	-	(36.668)	(36.668)
Absorção de despesas pelo uso do FATES no exercício.....	-	-	(85.977)	-	-	85.977	-
Realização da reserva de reavaliação.....	-	-	-	-	(312)	312	-
Constituição dos fundos obrigatórios.....							
Fundo de Reserva 10% s/Sobra líquida do Exercício.....	-	4.962	-	-	-	(4.962)	-
Fates Estatutário 5% s/Sobra líquida do Exercício.....	-	-	2.481	-	-	(2.481)	-
Resultado com Ato Cooperativo Auxiliar e Ato não Cooperativo.....	-	-	-	-	-	229.792	229.792
Realização da reserva de reavaliação.....	-	-	-	-	(171)	171	-
IRPJ e CSLL sobre realização da reserva de reavaliação.....	-	-	-	-	-	-	-
IRPJ e CSLL sobre realização da reserva de reavaliação.....	-	-	-	-	58	(58)	-
IRPJ e CSLL sobre reversão (variação percentual atos coop.) da reserva de reavaliação.....	-	-	-	-	629	-	629
Constituição dos fundos obrigatórios.....							
Fates - Resultado com Ato Cooperativo Auxiliar e Ato não Cooperativo.....	-	-	229.905	-	-	(229.905)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2018.....	625.724	46.375	872.347	201.379	25.700	42.178	1.813.703

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais)

4.4 Reconciliação do fluxo de caixa em 31/12/2018

	2018	Reclassificação	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos	359.650	(85.977)	273.673
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	359.246		273.269
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(171.607)		(171.607)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos e Financiamentos a Pagar			
Pagamento de Financiamento	(30.943)		(30.943)
Aumento de capital	4.329		4.329
Pagamento fundo pró-família	(9.897)		(9.897)
Devolução de capital	(12.169)		(12.169)
Utilização de Fundos	(85.977)	85.977	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(134.657)		(48.680)
Aumento líquido do saldo de disponibilidades	52.982		52.982
Saldos de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	99.883		99.883
Saldos de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	152.865		152.865

4.5 Reconciliação do Valor Adicionado em 31/12/2018

	31/12/18	Reclassificação	31/12/18
CONTRAPRESTAÇÕES	4.390.960		4.390.960
EVENTOS INDENIZÁVEIS	(3.535.333)		(3.621.310)
Eventos Indenizáveis Líquidos	(2.920.339)		(2.920.339)
Outras Despesas Operacionais de Assist. à Saúde Não Relac. c/ Pl. de Saúde da OPS	(199.469)		(199.469)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(351.493)	(85.977)	(437.470)
Varição da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	2.230		2.230
Outros	(66.262)		(66.262)
VALOR ADICIONADO BRUTO	855.627		769.650
RETENÇÕES	(32.895)		(32.895)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	822.732		736.755
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	128.294		128.294
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	951.026		865.049
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(951.026)		(865.049)
Pessoal:	(302.545)		(302.545)
Impostos, taxas e contribuições:	(282.721)		(282.721)
Remuneração de capitais de terceiros:	(28.640)		(28.640)
Remuneração de capitais próprios:	(337.120)		(251.143)
Resultado líquido	(279.101)	85.977	(193.124)
Realização da reserva de reavaliação	(425)		(425)
Despesas de juros de capital próprio	(57.594)		(57.594)

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	66	67
Depósitos à vista e aplicações de liquidez imediata	137.805	152.798
Total do disponível (caixa e equivalentes de caixa)	137.871	152.865

As disponibilidades são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. O "Caixa e equivalentes de caixa" são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* AAA, em escala nacional com base na agência de *rating* (Standard & Poor's) remunerados através de fundo referenciado DI com remuneração média de 97% do CDI, correspondente a 5,97% (6,41% em 2018).

ARN nº 435/2018 determinam que as aplicações financeiras devem ser destacadas, independentemente de apresentarem as características definidas pelas práticas brasileiras de contabilidade para enquadramento em "Caixa e equivalente de caixa", quais sejam: prazo de vencimento de até 90 dias, alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e visam a atender a compromissos de curto prazo.

6 Aplicações financeiras

	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		
Cotas de fundos de investimentos de renda fixa (a)	426.155	306.495
Cotas de fundos de investimentos de renda fixa Garantidor (a) (d)	52.789	49.395
Certificados de depósito bancário (CDB) - Livre (a)	57.284	59.397
Certificados de depósito bancário (CDB) Garantidor (a) (d)	3.205	-
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE)	77.322	41.168
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE/LF) Garantidor (d)	105.881	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT - LTN) Garantidor(c) (d)	81.120	-
	803.756	456.455
Não Circulante (b)		
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE)	72.163	73.832
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	15.318	12.401
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE) Custodiado (d)	102.263	181.264
Certificados de Depósito Bancário (CDB) Custodiado (a) (d)	-	5.662
Letras Financeiras do Tesouro (LFT - LTN) Custodiado (c) (d)	115.360	204.028
Cotas de Fundos de Investimentos de Renda Fixa (FIDC) Custodiado (b) (d)	204.613	134.554
	509.717	611.741
Total do Circulante e Não Circulante	1.313.473	1.068.196

	5,97%	6,40%
SELIC		
CDI	5,97%	6,41%

(a) As cotas de fundos de investimentos de renda fixa e os Certificados de Depósitos Bancário possuem remuneração vinculada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Inexiste na carteira da Cooperativa aplicações em fundos exclusivos.

(b) Os FIDCs referem-se a Fundos de Investimentos de Direitos Creditórios. Em 31 de dezembro de 2019, a carteira da cooperativa possui em sua composição os seguintes FIDCs: Empírica Sifra Star e BVA Master, possuindo rentabilidade média aproximada de 147,64% (129% em 2018) da variação do CDI.

(c) As LFTs possuem rentabilidade próxima a 100% (2019 e 2018) da variação da SELIC.

(d) Em cumprimento à RN nº 393/15 da ANS, a Operadora mantém os respectivos títulos e valores mobiliários registrados como ativos garantidores das provisões técnicas, que representam garantias nos montantes totais de R\$ 665.231 (R\$ 574.903 em 2018), do total provisões técnicas de R\$ 814.467 (R\$ 689.923 em 2018), conforme NE 15e.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos do saldo de aplicações financeiras, incluindo período de vencimento e os seus níveis na hierarquia do valor justo:

Título	2019					Valor contábil	Valor justo	Nível Hierarquia valor justo
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos			
Valor justo por meio do resultado ..	720.069	-	-	-	-	720.069	720.069	
Cotas de fundos investimentos de renda fixa (a)	426.155	-	-	-	-	426.155	426.155	1
Cotas de Fundos Investimentos de Renda Fixa (FIDC) Custodiado (b) (d)	204.613	-	-	-	-	204.613	204.613	1
Cotas de fundos investimentos de renda fixa Garantidor (a) (d)	52.789	-	-	-	-	52.789	52.789	1
Certificados depósito bancário (CDB) - Livre (a)	36.512	-	-	-	-	36.512	36.512	2
Títulos mantidos até o vencimento .	126.941	283.842	182.579	42	-	593.404	593.404	
Certificados Depósito Bancário (CDB)	-	-	15.276	42	-	15.318	15.318	2
Certificados depósito bancário (CDB) - Livre (a)	4.217	16.555	-	-	-	20.772	20.773	2
Certificados depósito bancário (CDB) Garantidor (a) (d)	-	3.205	-	-	-	3.205	3.205	2
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE)	5.527	71.796	72.162	-	-	149.485	149.485	2
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE) Custodiado (d)	-	33.001	69.262	-	-	102.263	102.263	2
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE/LF) Garantidor (d)	65.965	39.916	-	-	-	105.881	105.881	2
Letras Financeiras do Tesouro (LFT - LTN) Custodiado (c) (d)	45.683	43.798	25.879	-	-	115.360	115.360	2
Letras Financeiras do Tesouro (LFT - LTN) Garantidor (c) (d)	5.549	75.571	-	-	-	81.120	81.120	2
Total geral	847.010	283.842	182.579	42	-	1.313.473	1.313.473	
						Valor justo por meio do resultado	720.069	
						Títulos mantidos até o vencimento	593.404	

Título	2018					Valor contábil	Valor justo	Nível Hierarquia Valor Justo
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos			
Valor justo por meio do resultado ..	392.258	53.358	10.839	-	-	456.455	457.266	
Cotas de fundos de investimentos	306.418	-	77	-	-	306.495	306.496	2
Cotas de fundos Custodiado	49.395	-	-	-	-	49.395	49.395	2
Depósitos a prazo - CDB	36.445	22.952	-	-	-	59.397	59.699	2
Depósitos a prazo - DPGE/LF	-	30.406	10.762	-	-	41.168	41.676	2
Letras do Tesouro (LFT/LTN)	-	-	-	-	-	-	-	1
Títulos mantidos até o vencimento	155.593	37.056	419.092	-	-	611.741	610.498	
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE)	-	-	73.832	-	-	73.832	74.205	2
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	12.401	-	-	12.401	12.494	2,3
Depósito a prazo (DPGE) Custodiado	-	13.083	168.181	-	-	181.264	181.860	2
Certificados de Depósito Bancário (CDB) Custodiado	-	2.614	3.048	-	-	5.662	5.679	2
Letras Financeiras do Tesouro (LFT - LTN) Custodiado	21.039	21.359	161.630	-	-	204.028	201.706	1
Cotas de Fundos de Investimento de RF (FIDC) Custodiado	134.554	-	-	-	-	134.554	134.554	2
Total Geral	547.851	90.414	429.931	-	-	1.068.196	1.067.764	
Total do Circulante						456.455		
Total do não Circulante						611.741		

As informações sobre a exposição da Cooperativa a riscos e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na Nota Explicativa nº 27.

7 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	31/12/2019	31/12/2018
Contraprestação Pecuniária a Receber	89.520	106.942
(-) Provisão Para Perdas Sobre Créditos (a)	(10.096)	(12.968)
	79.424	93.974
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		
Participação Dos Beneficiários em Eventos Indenizados (b)	53.259	49.789
(-) Provisão Para Perdas Sobre Créditos (a)	(1.644)	(1.858)
	51.615	47.931
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	67.015	19.782
(-) Provisão Para Perdas Sobre Créditos (a)	(2.262)	(4.822)
	64.753	14.960
	195.792	156.865

(a) O montante constituído é considerado pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos de operações com planos de assistência à saúde. A provisão é constituída conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.6.

(b) As Contraprestações Efetivas são apropriadas à receita no mês de competência, considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratar de contratos com preços preestabelecidos.

O detalhamento da idade dos principais títulos que compõem os créditos de operações com planos de assistência à saúde é o seguinte:

	Vencidos					Total
	A vencer	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Mais de 90 dias	
Contraprestação Pecuniária a Receber	43.470	26.803	12.402	1.808	5.037	89.520
Participação dos Beneficiários	48.922	2.347	1.098	232	660	53.259
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	44.533	14.074	7.662	389	357	67.015
	136.925	43.224	21.162	2.429	6.054	209.794
	Vencidos					Total
	A vencer	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Mais de 90 dias	
Contraprestação Pecuniária a Receber	38.710	46.928	13.223	2.615	5.466	106.942
Participação dos Beneficiários	44.720	2.717	1.142	208	1.002	49.789
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	19.782	-	-	-	-	19.782
	103.212	49.645	14.365	2.823	6.468	176.513

A movimentação da provisão para perdas sobre créditos é como se segue:

	31/12/2018	31/12/2019	
	Saldo inicial	Saldo final	
Contraprestação Pecuniária a Receber	12.968	10.096	
Participação dos Beneficiários	1.858	1.644	
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	4.822	2.262	
	19.648	14.002	
	Adição	(Reversão)	
	103.212	176.513	
	31/12/2017		31/12/2018
	Saldo inicial	Saldo final	
Contraprestação Pecuniária a Receber	17.078	12.968	12.968
Participação dos Beneficiários	2.145	1.325	1.858
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	10	4.947	4.822
	19.233	12.496	19.648

As informações sobre a exposição da Cooperativa a riscos e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na Nota Explicativa nº 27.

8 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com o plano de saúde da operadora

	31/12/2019	31/12/2018
Intercâmbio a receber	30.882	57.070
(-) Provisão para perdas sobre créditos (a)	(1.106)	(1.832)
Operadoras de planos e assistência à saúde	29.776	55.238
Contas a receber	23.086	19.784
(-) Provisão para perdas sobre créditos (a)	(5.907)	(9.878)
Outros Créditos Operacionais de Plano de Saúde da Operadora (PSO)	17.179	9.906
Outros Créditos Operac. Prestação de SMH (Serviço Médico Hospitalar)	1.325	1.100
(-) Provisão para perdas sobre créditos (a)	(8)	(65)
Outros Créditos Operac. Prestação de SMH	1.317	1.035
Total	48.272	66.179

(a) O montante total de provisão para perdas, no valor de R\$ 7.021 (R\$ 11.775 em 2018), é considerado pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos de operações com outras operadoras ou com créditos a receber de prestação de serviços de assistência médico-hospitalar. A provisão é constituída conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.6.

A variação da conta de Provisão para perdas sobre créditos relacionadas ao intercâmbio, ocorreu em função das regras vigentes no qual a totalidade do contrato é provisionado na existência de pelo menos uma parcela em aberto a mais de 90 dias.

O detalhamento da idade dos principais títulos que compõem os créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com o plano de saúde da operadora é o seguinte:

	Vencidos					Total
	A vencer	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Mais de 90 dias	
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	27.840	1.964	489	256	333	30.882
Outros Créditos Operacionais de PSO	14.453	1.512	912	421	5.788	23.086
Outros Créditos Operac. Prestação de SMH	1.214	69	35	2	5	1.325
	43.507	3.545	1.436	679	6.126	55.293
	Vencidos					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Valores expressos em milhares de reais)

11 Conta-corrente com cooperados

	31/12/2019	31/12/2018
Saldos ativos		
Adiantamento a cooperados (a)	28.189	26.359
Total Ativo Circulante	28.189	26.359
Saldos passivos		
Conta-corrente com cooperados	554	4.215
Total Passivo Circulante	554	4.215

(a) Refere-se às contribuições efetuadas pela Unimed - BH a entidades culturais para utilização dos benefícios permitidos pela Lei nº 8.313 (Lei Rouanet), que são descontados do pagamento da produção médica dos cooperados no exercício subsequente.

12 Investimentos

	31/12/2019	31/12/2018
Avaliados pelo MEP		
UNIO Soluções em Tecnologia Ltda (a)	7.505	15.529
Unimed Participações S/A. (b)	159.235	127.406
Unimed Seguradora S/A (c)	25.696	-
	192.437	142.935
Avaliados pelo Custo de Aquisição		
Central Nacional Unimed (d)	6.361	3.933
Unimed Seguradora S/A (c)	-	15.492
Federação Interfederativa das Coop. de Trabalho Médico (d)	13.146	9.941
Credicom Ltda. (d)	5.986	4.969
Fundo Mútuo de Participações	5.946	5.946
Outros Investimentos	1.056	1.297
	32.495	41.578
<i>Imóveis destinados a renda</i>	21.719	22.333
Total dos investimentos	246.651	206.846

(a) A Cooperativa adquiriu 50% das quotas de participação da UNIO Soluções em Tecnologia Ltda, tendo objeto social da sociedade a criação, implantação e operação de soluções de sistemas de informação; o licenciamento e a cessão dos direitos de uso de programas de computadores; e o treinamento e consultoria para a implementação e operação de seus produtos e serviços. O Acordo de quotas e registro da alteração contratual foi protocolado na JUCEES em 26/12/2017. Em 2019 houve uma remodelagem societária com a entrada de novos investidores, com isso o percentual de participação passou a ser igualitário corresponde a 20% para cada investidora. A receita pela negociação das ações representou R\$ 15.544.

(b) A Cooperativa tem participação acionária de 14,38% (13,74% em 2018) na Unimed Participações S/A., holding do Sistema Unimed e controladora das empresas Unimed Seguradora, Unimed Administração e Serviços e Unimed Corretora. A Unimed Participações S/A. dedica-se a representar os interesses das cooperativas e do Sistema Unimed perante as controladas na condução dos negócios. Anualmente são reavaliados os critérios de influência significativa nas entidades, sendo constatada para este exercício a existência de influência por existência de administradores em comum desde 30/05/2017.

(c) Investimentos foram efetuados na participação acionária da Unimed Seguradora S.A., totalizam 1,92% de participação. A Unimed Seguradora S.A., sociedade de capital fechado, dedica-se à negociação de seguros, sujeita à fiscalização da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), órgão subordinado ao Ministério da Fazenda. Em função da participação da acionária na Unimed Participações que detém o controle da Unimed Seguradora, juntamente com o critério de influência significativa, reclassificamos este investimento em 2019 pelo método do MEP.

(d) Em 2019 houve aumento do investimento referente a incorporação de sobras e juros sobre capital no valor de R\$ 6.067 (R\$ 3.149 em 2018).

A tabela a seguir apresenta um resumo das informações financeiras do investimento na Unimed

Parcela do balanço da Coligada	31/12/2019		
	Unimed Participações S/A. (b)	UNIO Soluções em Tecnologia Ltda (a)	Unimed Seguradora SA (c)
Ativo circulante	23.032	1.261	1.664.053
Ativo não circulante	1.093.241	37.054	1.416.939
Passivo circulante	9.334	789	312.506
Passivo não circulante	65	-	1.431.989
Patrimônio líquido	1.106.875	37.526	1.336.497
Parcela de receita e lucro da coligada			
Receita	130.468	4.412	582.572
Lucro líquido	121.904	478	208.915
Valor contábil do investimento	159.235	7.505	25.696
Equivalência patrimonial	22.663	(27)	4.017
Outros resultados (ato não cooperativo)	-	-	6.187

Tabela de movimentação do grupo de investimento:

Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial						
	31/12/2018		31/12/2019			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	MEP	Transferência	Saldo final
UNIO Soluções em Tecnologia (a)	15.528	-	(7.996)	(27)	-	7.505
Unimed Participações S/A Ltda (b)	127.406	9.166	-	22.663	-	159.235
Unimed Seguradora S/A (c)	-	-	-	10.204	15.492	25.696
	142.935	9.166	(7.996)	32.840	15.492	192.437
Investimentos registrados a custo						
	31/12/2018		31/12/2019			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Equalização Sobras/Juros	Transferência	Saldo final
Central Nacional Unimed (d)	3.933	-	-	2.428	-	6.361
Unimed Seguradora S/A	15.492	-	-	-	(15.492)	-
Unimed Odonto	5.946	-	-	-	-	5.946
Federação Interfederativa das Coop. de Trabalho Médico (d)	9.941	642	-	2.563	-	13.146
Credicom Ltda. (d)	4.969	-	-	1.017	-	5.986
Outros Investimentos (d)	1.297	13.031	-	59	-	14.387
	41.578	13.673	-	6.067	(15.492)	45.826
(-) Provisão para perda de Outros Investimentos	-	(13.331)	-	-	-	(13.331)
	41.578	342	-	6.067	(15.492)	32.492

(c) Correspondem a imóveis destinados a renda:

IMOVEIS DESTINADOS A RENDA

	2019	2018
Custo de Aquisição		
Terrenos a renda	10.078	10.078
Edificações a renda	20.226	20.226
(-) Depreciação Acumulada		
(-) Depreciação Edificações a renda	(8.585)	(7.971)
	21.719	22.333

Movimentação do grupo Imoveis Destinado a Renda

Imóveis destinados a renda	31/12/2018		31/12/2019	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Terrenos a renda	10.078	-	-	10.078
Edificações a renda	20.226	-	-	20.226
(-) Depreciação Edificações a renda	(7.971)	(614)	-	(8.585)
	22.333	(614)	-	21.719

Conforme determinação do órgão regulador, no qual veda as operadoras de planos privados de assistência à saúde modificar o custo de aquisição do seu Ativo Imobilizado bem como das Propriedades para Investimento, os valores destes bens são mantidos a custo de aquisição.

Os valores das receitas de aluguel relacionadas aos imóveis destinados a renda correspondem a R\$ 5.230 (R\$ 4.643 em 2018).

O valor justo destes bens, avaliado por empresa especializada em conformidade com laudo emitido em outubro/2019, compreendem a soma de R\$ 80.793.

13 Imobilizado

	31/12/2019			31/12/2018		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	207.665	-	207.665	178.253	-	178.253
Edificações	660.260	(66.460)	593.800	660.260	(66.460)	593.800
Máquinas e equipamentos	134.070	(43.832)	90.238	88.670	(29.577)	59.093
Equipamentos de computação	33.501	(17.221)	16.280	29.037	(8.955)	20.082
Instalações	27.632	(6.220)	21.412	17.675	(2.588)	15.087
Móveis e utensílios	28.055	(9.191)	18.864	19.744	(8.355)	11.389
Veículos	5.306	(1.900)	3.406	5.991	(2.232)	3.759
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.232	(564)	1.668	1.232	-	1.232
Imobilizado em construção	1.204	-	1.204	192.416	-	192.416
	1.099.925	(145.388)	954.537	1.026.175	(78.998)	1.099.925

Demonstramos a seguir a movimentação dos saldos relativos ao ativo imobilizado no exercício de 2019 e 2018:

	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2019
Terrenos (b)	178.253	188	-	29.224	207.665
Edificações (a) (b)	493.157	-	-	167.103	660.260
Máquinas e equipamentos	88.670	38.444	(2.957)	9.913	134.070
Equipamentos de computação	29.037	5.359	(895)	-	33.501
Instalações	17.675	258	(160)	9.859	27.632
Móveis e Utensílios	19.744	8.355	(482)	438	28.055
Veículos	5.991	590	(1.275)	-	5.306
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.232	1.000	-	-	2.232
Imobilizado em construção (a)	192.416	27.454	(2.129)	(216.537)	1.204
	1.026.175	81.648	(7.898)	-	1.099.925
Depreciação edificações	(55.151)	(11.309)	-	-	(66.460)
Depreciação máquinas e equipamentos	(37.252)	(8.594)	2.014	-	(43.832)
Depreciação equipamentos de computação	(13.298)	(4.747)	824	-	(17.221)
Depreciação instalações	(5.197)	(1.060)	37	-	(6.220)
Depreciação móveis e utensílios	(7.862)	(1.744)	415	-	(9.191)
Depreciação veículos	(2.122)	(592)	814	-	(1.900)
Depreciação benfeitorias em imóveis de terceiros	(393)	(171)	-	-	(564)
	(121.275)	(28.217)	4.104	-	(145.388)
	904.900	53.431	(3.794)	-	954.537

	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferência	Incorporação (e)	31/12/2018
Terrenos	184.754	2.300	(10.078)	-	1.277	178.253
Edificações	484.257	339	(20.672)	13.323	15.910	493.157
Máquinas e equipamentos	75.014	9.912	(616)	1.293	3.067	88.670
Equipamentos de computação	23.866	4.244	(99)	870	156	29.037
Instalações	16.692	18	(71)	953	83	17.675
Móveis e Utensílios	19.020	888	(569)	(528)	933	19.744
Veículos	3.634	2.357	-	-	-	5.991
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.680	-	(448)	-	-	1.232
Imobilizado em construção	83.953	125.439	(1.065)	(15.911)	-	192.416
	892.870	145.497	(33.618)	-	21.426	1.026.175
Depreciação edificações	(52.181)	(10.982)	8.012	-	-	(55.151)
Depreciação máquinas e equipamentos	(31.307)	(6.184)	357	(118)	-	(37.252)
Depreciação equipamentos de computação	(10.594)	(2.779)	40	35	-	(13.298)
Depreciação instalações	(4.202)	(1.029)	43	(9)	-	(5.197)
Depreciação móveis e utensílios	(6.883)	(1.299)	228	92	-	(7.862)
Depreciação veículos	(1.761)	(361)	-	-	-	(2.122)
Depreciação benfeitorias em imóveis de terceiros	(432)	(281)	320	-	-	(393)
	(107.360)	(22.915)	9000	-	-	(121.275)
	785.510	122.582	(24.618)	-	21.426	904.900

(a) As principais adições ocorridas no Ativo Imobilizado em 2019 estão relacionadas à implantação do Hospital Unimed Betim e implementação da capacidade tecnológica assistencial;

(b) As baixas de terrenos e edificações se referem a transferência para o grupo de Investimento referente a imóveis destinados a renda, conforme nota explicativa nº 12. Demais baixas ocorridas no Ativo Imobilizado em 2019 estão relacionadas a venda por Leilão através da GPLoileos.

14 Intangível

	2019		2018	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Aquisição de Carteiras de OPS	2.200	(147)	2.053	-
Software (a)	94.217	(74.817)	19.400	20.961
Marca Hospital Infantil São Camilo	2.906	(435)	2.471	2.616
Acordo de não competitividade	2.032	(1.219)	813	1.220
Ágio sobre rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) do Hospital Infantil São Camilo	19.750	-	19.750	19.750
	121.105	(76.618)	44.487	44.547

Demonstramos a seguir a movimentação dos saldos relativos ao ativo intangível no exercício de 2019 e 2018:

	31/12/2018	Adições/Transferência	Baixas	31/12/2019
Aquisição de Carteiras de OPS (a)	-	2.200	-	2.200
Softwares (b)	87.600	6.677	(60)	94.217
Marca - Hospital Infantil São Camilo	2.906	-	-	2.906
Acordo de Nao Competitividade	2.032	-	-	2.032
Ágio sobre rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) da aquisicao do Hospital Infantil São Camilo	19.750	-	-	19.750
	112.288	8.877	(60)	121.105
Amortização Aquisição da Carteira	-	(147)	-	(147)
Amortização software	(66.639)	(8.178)	-	(74.817)
Amortização da Marca Hospital Infantil São Camilo	(290)	(145)	-	(435)
Amortização do Acordo de não Competição	(812)	(407)	-	(1.219)
	(67.741)	(8.877)	-	(76.618)
	44.547	-	(60)	44.487

	31/12/2017	Adições/Transferência	Baixas	31/12/2018
Softwares	80.047	7.657	(104)	87.600
Marca - Hospital Infantil São Camilo	2.906	-	-	2.906
Acordo de Nao Competitividade	2.032	-	-	2.032
Ágio sobre rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) da aquisicao do Hospital Infantil São Camilo	-	19.750	-	19.750
	84.985	27.407	(104)	112.288
Amortização software	(57.210)	(9.429)	-	(66.639)
Amortização da Marca Hospital Infantil São Camilo	(145)	(145)	-	(290)
Amortização do Acordo de não Competição	(406)	(406)	-	(812)
	(57.761)	(9.980)	-	(67.741)
	27.224	17.427	(104)	44.547

(a) As adições do Intangível estão relacionadas a aquisição da carteira da Vivamed Saude;

(b) As adições do Softwares estão relacionadas a projetos de desenvolvimento interno e licenças de uso em geral.

15 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	31/12/2019	31/12/2018
Provisão de Benefícios de Remissão Concedido	27.807	22.809
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS (c)	191.737	198.993
Eventos ocorridos e não avisados PEONA – Outros Prestadores (a)	92.643	91.307
Eventos ocorridos e não avisados PEONA – SUS (a)	67.555	-
Eventos a liquidar (b)	227.902	214.404

Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico

Unimed
Belo Horizonte

7/8

ANS - nº 34.388-9

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais)

O saldo em 31 de dezembro de 2019 referente à parcela de R\$ 46.230, é apresentado conforme abaixo:

	Taxa média a.a.	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos			
BNDES	6,21%	46.230	77.251
Circulante		30.820	31.021
Não circulante		15.410	46.230
		46.230	77.251

Cláusulas restritivas

Os financiamentos existentes não possuem cláusulas restritivas relacionadas ao cumprimento de índices econômico-financeiros *covenants*. No entanto, existem determinadas condições não financeiras que são pré-requisitos para que a dívida não seja considerada integralmente vencida e exigível. Em 31 de dezembro de 2019 a Cooperativa alcançou integralmente todas as seguintes cláusulas de *covenants* contratuais:

(a) Redução do quadro de pessoal da Cooperativa sem atendimento ao disposto no inciso V da cláusula décima quarta.

(b) A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Cooperativa, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.

(c) A constituição, sem prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre os direitos dados em garantia ao BNDES de acordo com as cláusulas do contrato.

(d) Aplicação dos recursos concedidos pelo BNDES em finalidade diversa da prevista em contrato.

(e) Posição de desembolsos, na data da diplomação como Deputado(a) Federal ou Senador(a), de pessoa que tenha qualquer vínculo com a Cooperativa de modo que se possa identificar que a associação ou fundação é pessoa interposta do referido parlamentar, com fundamento no art. 54, inciso I, alínea "a", da Constituição Federal.

A dívida com juros futuros está programada para ser paga conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
2019	-	35.708
2020	32.928	33.150
2021	15.888	15.903
Total	48.816	84.764

As informações sobre a exposição da Cooperativa a riscos e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na Nota Explicativa nº 27.

Contratos de fiança

A Cooperativa possui contratos de prestação de fiança em nome do fiador Sicoob Credicom – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Profissionais da Área de Saúde do Brasil LTDA, afim de Garantir principalmente Contratos de Prestação de Assistência Médica, que monta em R\$ 14.657 em 31/12/2019.

18 Provisões judiciais

A Cooperativa registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos tributários, trabalhistas e cíveis para as quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Cooperativa revisa suas estimativas e considera as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas a esses processos. Abaixo demonstramos o montante das provisões constituídas e os respectivos montantes depositados em juízo:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão
Processos com depósitos judiciais				
COFINS sobre ato cooperativo (a)	180.065	177.019	148.599	145.602
PIS sobre ato cooperativo (a)	30.767	30.016	25.654	24.911
ISSQN	35.727	35.090	14.862	15.561
Taxa Suplementar de Saúde - ANS	49.714	24.045	40.401	18.067
Trabalhista (b)	8.658	38.401	6.067	32.573
SUS	153.408	-	132.756	-
Outros	13.487	92	13.761	92
	471.826	304.663	382.100	236.806
Processos sem depósitos judiciais				
PIS (a)	-	7.806	-	7.668
Cíveis	-	32.791	-	48.888
Outros	-	24.385	-	23.820
	-	64.982	-	80.376
	471.826	369.645	382.100	317.182

Demonstramos a seguir a movimentação dos saldos relativos aos depósitos judiciais e provisões para riscos no exercício de 2019:

	Depósitos judiciais			
	31/12/2018	Adição	Baixa	31/12/2019
COFINS sobre ato cooperativo (a)	148.599	31.466	-	180.065
PIS sobre ato cooperativo (a)	25.654	5.113	-	30.767
ISSQN	14.862	20.865	-	35.727
Taxa Suplementar de Saúde - ANS	40.401	9.313	-	49.714
Trabalhista	6.067	4.284	(1.693)	8.658
SUS	132.756	20.652	-	153.408
Outros	13.761	873	(1.147)	13.487
	382.100	92.566	(2.840)	471.826

A Contrapartida do depósito judicial SUS está sendo mencionada na Nota 15 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde.

	Provisões judiciais			
	31/12/2018	Adição	Baixa	31/12/2019
Processos com depósitos judiciais				
COFINS sobre ato cooperativo (a)	145.602	31.417	-	177.019
PIS sobre ato cooperativo (a)	24.911	5.105	-	30.016
ISSQN	15.561	19.529	-	35.090
Taxa Suplementar de Saúde - ANS	18.067	5.978	-	24.045
Trabalhista (b)	32.573	10.782	(4.954)	38.401
Outros	92	-	-	92
	236.806	72.811	(4.954)	304.663
Processos sem depósitos judiciais				
PIS (a)	7.668	138	-	7.806
Cíveis	48.888	5409	(21.506)	32.791
Outros	23.820	572	(7)	24.385
	80.376	6.119	(21.513)	64.982
	317.182	78.931	(26.468)	369.645

As principais provisões constituídas estão abaixo listadas:

a. Fiscais

PIS e COFINS sobre ato cooperativo

A Receita Federal considera, para efeito da tributação do IR e da CSLL, que as sociedades cooperativas que obedecerem ao disposto na legislação específica não terão incidência desses tributos sobre suas atividades econômicas, de proveito comum, sem objetivo de lucro, mais especificamente sobre os atos cooperativos praticados, não sendo, a princípio, extensivo esse entendimento para o PIS e a COFINS. Foram impetrados os Mandados de Segurança nºs 1999.38.00.035821-3 (COFINS) e 1999.38.00.035820-0 (PIS) visando a suspender a exigibilidade desses dois tributos, quando da pretensão da Receita Federal em efetuar a tributação sobre o resultado do ato cooperativo principal. Os valores estão sendo depositados em juízo e devidamente provisionados pelo fato de serem considerados uma obrigação legal.

b. Trabalhistas

A principal provisão trabalhista constituída refere-se à ação interposta pelo Sindicato de BH, julgado procedente em 1ª instância, aguardando decisão do recurso no Tribunal Superior do Trabalho, cujo montante atualizado corresponde a R\$ 9.889.

c. Processos avaliados com risco de perda possível

A Cooperativa responde por ações de natureza tributária, cível e trabalhista, cujo desfecho é considerado como perda possível e, assim, nenhuma provisão foi constituída. O montante total das ações classificadas como perda possível, objeto de atualização no exercício de 2019, monta a R\$ 419.247 (R\$ 226.592 em 2018, não atualizado), correspondente a processos trabalhistas, cíveis e outros, avaliados com risco possível por nossos advogados conforme a 11.188 pedidos (10.385 em 2018).

As obrigações legais estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, independente do julgamento da perda, uma obrigação originada em lei só poderá ser tratada como remota ou possível se houver um fato específico que suporte esse julgamento, por exemplo, uma jurisprudência pacificada.

d. Ativos contingentes

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Cooperativa não reconhece em seu balanço ativos contingentes. Conforme aquele pronunciamento, os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

Lei Complementar nº 157/2016

Em razão da entrada em vigor da LC nº 157/2016 (que inseriu o inciso XXIII ao art. 3º da LC n. 116/2003), o ISSQN deixou de ser devido no domicílio do prestador de serviços e passou a ser devido no domicílio do tomador de serviços, o que na prática significa que a Cooperativa deveria deixar de recolher o ISSQN somente para o município de Belo Horizonte e passaria a recolher para todos os municípios onde estão os seus tomadores de serviços.

Posteriormente, foi ajudizada a ADIN nº 5835 para questionar a constitucionalidade da alteração legislativa, oportunidade em que, em decisão publicada no dia 04/04/2018, o Supremo Tribunal Federal concedeu medida cautelar para suspender a eficácia do artigo 1º da Lei Complementar n.º 157/2016 na parte que trata da modificação do art. 3º, incisos XXIII, XXIV e XXV da LC nº 116/2003, bem como de todas as legislações locais editadas para dar-lhe execução.

Tendo em vista que as decisões proferidas na ADIN vinculam todos os contribuintes, o Legislativo e o Poder Judiciário, restou suspensa a eficácia da alteração promovida pelo art. 1º da LC n.º 157/2016, de forma que o ISSQN sobre o serviço prestado pela Cooperativa voltou a ser devido no município de Belo Horizonte.

Considerando que a medida cautelar não é definitiva e a questão ainda será apreciada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, como forma de se resguardar contra eventuais recolhimentos indevidos, a Cooperativa ajuzou seis ações e vêm realizando os depósitos judiciais do ISSQN da parcela controversa, mantendo-se os recolhimentos ao município de Belo Horizonte da parte incontroversa, ou seja, o ISSQN decorrente dos serviços prestados aos tomadores que estão localizados em Belo Horizonte.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social pertencente a 5.544 cooperados (5.637 em 2018) é ilimitado quanto ao máximo, variando conforme o número de quotas-partes subscritas, não podendo, entretanto, ser inferior a R\$ 78, sendo dividido em quotas-partes de valor unitário igual de R\$ 10,00 (dez reais).

A quota-parte é indivisível, intransferível mesmo entre associados, não podendo ser negociada de modo algum, nem dada em garantia, e todo o seu movimento de subscrição, realização e reintituição será sempre escriturado no Livro de Matrícula.

Ao ser admitido na Cooperativa, o associado deverá subscrever, no mínimo, 7,762 quotas-partes no valor correspondente a R\$ 78, e não serão atribuídos juros ao capital social a integralizar.

Juros sobre o capital social

Na Assembleia Geral Extraordinária de 4 de dezembro de 2013, ficou estabelecido que a Cooperativa irá remunerar o capital social em 12%, incorporando o valor ao próprio capital social. No entanto, a Lei nº 5.764/71, no §3º, do art. 24, veta às cooperativas distribuírem qualquer espécie de benefício às quotas-partes do capital ou estabelecer outras vantagens ou privilégios, financeiros ou não, em favor de quaisquer associados ou terceiros, excetuando-se os juros até o máximo de 12% (doze por cento) ao ano que incidirão sobre a parte integralizada. De acordo com a previsão estatutária, a Cooperativa poderá atribuir juros ao capital social integralizado, atendendo à legislação em vigor. Dessa forma, por deliberação da diretoria executiva foram incorporados ao capital social 12% sobre as quotas-partes integralizadas no montante de R\$ 52.580 (R\$ 57.594 em 2018) através de juros sobre capital social.

Diferentemente das Sociedades Anônimas em relação aos Juros Sobre o Capital Próprio, previstos no art. 9º da Lei nº 9.249/95, calculados sobre o patrimônio líquido e que possui característica de dividendos, em que a CVM orienta a reversão do valor na última linha do resultado conforme deliberação CVM nº 207, de 13 de dezembro de 1996, não há previsão para reversão dos juros sobre o capital social das cooperativas, que por sua vez não têm a característica de pagamento de dividendos, uma vez que as sociedades cooperativas apenas são autorizadas a atualizarem o valor do capital social até o limite de 12% ao ano, mas não podem, de forma alguma, distribuir dividendos. Se, porventura, vierem a ter sobras, de acordo com o art. 4º, inciso VII da Lei nº 5.764/71, as sobras líquidas do exercício deverão retornar, proporcionalmente, às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral.

Dessa forma, a Cooperativa registrou os juros sobre o capital social à conta de despesas financeiras e incorporou o valor líquido dos efeitos tributários à cota capital de cada cooperado, atualizando-as em 12%.

b. Reservas e fundos

O Fundo de reserva legal é constituído através da destinação de 10% das sobras líquidas dos atos cooperativos principais verificadas no encerramento de cada exercício, bem como da reversão dos créditos não reclamados no prazo de cinco anos, de auxílios e doações sem destinação especial e destina-se a suprir eventuais perdas e atender ao desenvolvimento das atividades sociais, sendo indivisível entre os cooperados. Nos casos de dissolução e liquidação da Cooperativa, ela deverá realizar o ativo social para o passivo e reembolsar os associados de suas quotas-partes, destinando o remanescente, inclusive o dos fundos indivisíveis, ao Banco do Brasil, conforme previsto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 5.764/71 e Lei nº 8.029/90.

O Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES) é constituído através da destinação de 5% das sobras líquidas do exercício dos atos cooperativos principais e pelo resultado apurado nos atos cooperativos auxiliares e não cooperativos. O Fundo é indivisível e destina-se à prestação de assistência aos cooperados e seus dependentes legais e aos empregados da Cooperativa. No caso de liquidação e dissolução da Cooperativa, o referido Fundo terá destinação que for aprovada em Assembleia Geral.

Foram destinados no exercício de 2019, com recursos do FATES, os montantes de R\$ 86.273 (R\$ 85.977 em 2018) que se referem a pagamentos para entidades de classe de médicos cooperados e pagamentos de plano de previdência complementar no montante de R\$ 76.262 (R\$ 76.313 em 2018) para os médicos cooperados, conforme item "c - previdência complementar" adiante.

O Fundo Pró-Família é constituído através da destinação de um percentual das sobras líquidas a ser fixado pela Assembleia Geral, bem como através de outras destinações determinadas pela Assembleia Geral Ordinária dos cooperados.

O Fundo Pró-Família destina-se ao pagamento de benefício aos herdeiros do médico cooperado falecido ou ao próprio médico cooperado que, respeitadas as normas e os critérios definidos no Estatuto e Regimento Interno da Cooperativa, aprovado pelo Conselho de Administração, requerer sua demissão da Cooperativa em virtude da sua idade e do tempo de cooperativa ou em decorrência de aposentadoria por invalidez permanente.

c. Previdência complementar

Em 2008, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, foi implantado um plano de previdência complementar para os médicos cooperados da Cooperativa, estruturado na modalidade de Contribuição Definida, administrado pela Fundação Petróbras de Seguridade Social - PETROS. Em 2013, foi aprovada a transferência do plano para o Unimed Fundo de Pensão Multipatrocinado que teve a aprovação pela Previc em 2014. Os aportes compreendem o valor de R\$ 76.262 (R\$ 76.313 em 2018).

A Unimed BH tem como compromisso assumido em Assembleia a revisão da continuidade do administrador do plano de previdência privada a cada cinco anos. O objetivo é validar a segurança e a rentabilidade dos recursos; avaliar a qualidade do atendimento e da prestação de serviços e identificar as oportunidades do mercado para portabilidade.

Inexiste solidariedade entre eles e entre suas respectivas patrocinadoras ou instituidoras.

d. Reconciliação do Resultado

Os efeitos dos gastos relativos ao FATES estão registrados em despesas administrativas conforme nota explicativa 25, em atendimento ao ITG2004. A anulação dos efeitos destes registros, transitando por resultado mas tendo como origem os recursos do fundo do FATES, estão sendo apresentados conforme quadro abaixo, em atendimento à lei 5764/71 que define a política nacional de Cooperativismo:

	2019				2018			
	Principais	Auxiliares	Ato Não Cooperativo	Total	Principais	Auxiliares	Ato Não Cooperativo	Total
Sobras líquidas do exercício.....	82.512	126.552	62.478	271.542	(36.668)	173.502	56.290	193.124
(+/-) Ajustes no Resultado								
(+) Absorção de despesas pelo uso do FATES no exercício	86.273	-	-	86.273	85.977	-	-	85.977
Realização da Reserva de Reavaliação	379	95	47	521	312	86	27	425
(+/-) Equivalência Patrimonial	-	-	6.187	6.187	-	-	-	-
(=) Saldo a destinar	169.164	126.647	68.712	364.523	49.621	173.588	56.317	279.526
(-) Fundo de Reserva 10%	(16.916)	-	-	(16.916)	(4.962)	-	-	(4.962)
(-) Fates Estatutário 5%	(8.458)	-	-	(8.458)	(2.481)	-	-	(2.481)
(-) Fates - Resultado com Ato Cooperativo Auxiliar e Ato não Cooperativo	-	(126.647)	(68.712)	(195.359)	-	(173.588)	(56.317)	(229.905)
Sobras (Perdas) à disposição AGO....	143.790	-	-	143.790	42.178	-	-	42.178

20 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação da taxa efetiva

A reconciliação da despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social, incidentes sobre os atos auxiliares e não cooperativos, no resultado dos exercícios, compreendendo suas alíquotas nominais e efetivas, pode ser demonstrado seguinte forma:

	31/12/2019		31/12/2018	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes dos impostos e participações	338.718	338.718	370.251	370.251
Participação nas sobras	(9.592)	(9.592)	(10.602)	(10.602)
Resultado antes da tributação.....	329.126	329.126	359.649	359.649
Resultado positivo do ato Cooperativo (i)	(82.512)	(82.512)	(49.309)	(49.309)
Juros sobre capital social cooperado (ii)	(72.260)	-	(67.758)	-
Provisão sistema único de saúde	(8.092)	(8.092)	29.479	29.479
Provisão para contingências	12.494	12.494	(1.731)	(1.731)
Inovação Tecnológica	(799)	(799)	(1.374)	(1.374)
Outras	3.898	3.898	13.976	13.976
Base de Cálculo	174.059	246.319	282.932	350.690
IR / CS	41.796	22.169	68.736	31.562
IR / CS Diferidos	(4.692)	(1.689)	(14.522)	(5.228)
Efeito líquido registrado no resultado do exercício	37.104	20.480	54.214	26.334
Alíquota efetiva	21%	8%	29%	10%

(i) Em conformidade com os arts. 193 e 194 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 9580 de 2018), a Cooperativa não terá incidência do imposto sobre suas atividades econômicas. Somente pagará o imposto sobre os resultados positivos das operações e das atividades estranhas à sua finalidade. Dessa forma, os resultados dos atos cooperativos que se referem à atividade econômica principal da Cooperativa são excluídos da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social.

(ii) A Cooperativa registrou os juros sobre o capital social à conta de despesas financeiras pelo valor bruto e incorporou o valor líquido dos efeitos tributários à cota capital de cada cooperado, conforme Nota Explicativa nº 19a.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Cooperativa, em consonância com a Resolução nº 998/04 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que aprovou a NBC T 19.2, contabilizou o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, classificados no ativo não circulante, no montante de R\$ 88.557 (R\$ 82.832 em 2018), conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Diferenças temporárias	90.274	83.963
Reserva de reavaliação	(1.717)	(1.131)
	88.557	82.832

A estimativa de recuperação dos créditos tributários é revisada, no mínimo, anualmente, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício e aprovadas pela Administração da Cooperativa. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes às provisões.

e. Lei nº 12.973, de 14 de maio 2014

A partir de 2015, tornou-se obrigatória a aplicabilidade da referida lei, que extinguiu o então Regime Tributário de Transição (RTT). A diferença positiva verificada em 2015 entre o valor de ativo na contabilidade societária e o FCONT foi adcionada na determinação do lucro real na data da adoção inicial.

21 Receitas com operação de assistência à saúde

	31/12/2019	31/12/2018
Contraprestações Emitidas	5.165.541	4.681.043
(-) Cancelamentos de Contraprestações	(2.385)	(879)
(-) Contraprestações Transferidas	(629.149)	(505.768)
(-) Descontos	(143.171)	(129.355)
Contraprestações Líquidas	4.390.836	4.045.041
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	(49.412)	(21.528)
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	(126.376)	(106.368)
Contraprestações Efetivas de Operações de Assistência à Saúde	4.215.048	3.917.145

22 Eventos indenizáveis líquidos

	31/12/2019	31/12/2018
Despesa com Eventos	(3.645.174)	(3.363.610)
Glosas	19.276	(3.367)
Recuperação por Coparticipação	348.747	309.743
Eventos Conhecidos ou Avisados	(3.277.151)	(3.057.234)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(68.891)	2.230
Eventos Indenizáveis Líquidos	(3.346.042)	(3.055.004)

23 Informações sobre Corresponsabilidade Cedida e Corresponsabilidade Assumida em 2018 e 2019

A Cooperativa, conforme requerido pela RN 430, de 7 de dezembro de 2017, adotou a nova forma de contabilização das operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de plano de assistência à saúde.

A edição da RN nº 435, de 23 de novembro de 2018, possibilitou que a escrituração contábil a partir do exercício de 2019 contemplasse a segregação das despesas com eventos indenizáveis referentes a carteira própria e aos atendimentos por corresponsabilidade assumida, bem como as contraprestações de corresponsabilidade cedida (valor excludente da receita que corresponde aos eventos indenizáveis relativos aos atendimentos prestados por outras operadoras em corresponsabilidade), de acordo com as diversas modalidades de contratação e de preço (preestabelecido ou pós-estabelecido).

Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico

Unimed
Belo Horizonte

8/8

ANS - nº 34.388-9

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais)

26 Resultado financeiro líquido

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas Financeiras		
Juros de aplicações financeiras	78.354	77.791
Receitas por recebimentos em atraso	27.278	25.433
Outras receitas	9.042	8.774
	114.674	111.998
Despesas Financeiras		
Impostos e contribuições sobre transações financeiras	(1.063)	(442)
Descontos Concedidos	(12.963)	(13.523)
Juros sobre o Capital Social (Nota 19a)	(72.260)	(67.758)
Encargos sobre tributos	(1.092)	(241)
Outras despesas	(10.810)	(14.206)
	(98.188)	(96.170)
Resultado financeiro líquido	16.486	15.828

27 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Análise dos instrumentos financeiros

A Cooperativa participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A gerência financeira identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. A gerência financeira estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

A Cooperativa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: i) risco de mercado; ii) risco de crédito; e iii) risco de liquidez.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado — tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações — afetarem os ganhos da Cooperativa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Cooperativa não utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração. A Cooperativa não aplica contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade no resultado.

(i) Risco de taxa de juros

A Cooperativa não possui alto o risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros para seus financiamentos. A Cooperativa não trabalha com instrumentos derivativos e todas as contas estão atreladas a taxas básicas da economia brasileira, principalmente Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(ii) Risco cambial

A Cooperativa não está exposta a riscos cambiais.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros da Cooperativa que são sensíveis a variáveis de mercado com impacto na liquidez são representados por aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários. O risco atrelado a aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e financiamentos da Cooperativa estão em sua maioria vinculados ao CDI. Essas operações indexadas ao CDI estão registradas a custo amortizado, conforme atualizações periódicas de acordo com as cotações divulgadas pelas instituições financeiras. Visando a apresentar a sensibilidade nas aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e financiamentos, aos quais a Cooperativa estava exposta em 31 de dezembro de 2019, foi realizada uma Análise de Sensibilidade dos efeitos nos seus resultados, advindos de uma alta na taxa CDI de 25% e 50%, para passivos financeiros atrelados a taxas variáveis e redução do CDI de 25% e 50% para ativos financeiros atrelados a taxas variáveis, demonstrado como segue:

	31/12/2019 (12 meses adiante)		
	Cenário Provável CDI	Cenário Possível CDI	Cenário Remoto CDI
Risco nas taxas de juros			
Taxas efetiva	5,97%	5,97%	5,97%
Taxas CDI conforme cenários	5,97%	4,48%	2,99%
Ativos financeiros atrelados a juros variáveis	1.313.473	1.313.473	1.313.473
Efeito no resultado:			
- Conforme a taxa efetiva (5,97% a.a.)	78.414	78.414	78.414
- Conforme cenários de <i>stress</i> (receita financeira)	78.414	58.811	39.207
Passivos financeiros atrelados a juros variáveis	46.230	46.230	46.230
Efeito no resultado:			
- Conforme a taxa efetiva (6,21% a.a.)	2.871	2.871	2.871
- Conforme cenários de <i>stress</i> (despesa financeira)	2.871	3.589	4.306
Efeito líquido no resultado	-	18.885	37.772

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Cooperativa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Cooperativa. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A área operacional analisa e avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais são determinados com base em históricos, os projetos individuais são monitorados individualmente visando a manter um nível alto de recebimento dentro dos prazos esperados.

A Cooperativa limita sua exposição a riscos de crédito ao investir em sua maioria em aplicações de renda fixa. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Cooperativa tenha investido apenas em aplicações de renda fixa, aquela não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. As aplicações financeiras são concentradas em títulos públicos e bancos de 1ª linha, classificadas em AA+ e AA-, pelas principais agências de *rating*. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	137.871	152.865
Aplicações Financeiras (Nota 6)	1.313.473	1.068.196
Contas a receber de clientes (Notas 7 e 8)	265.087	254.467
Outros valores a receber (Nota 10)	16.141	31.029
	1.732.572	1.506.557

O detalhamento da idade dos principais saldos que compõem o Contas a receber de clientes, bem como a movimentação da provisão para perdas sobre tais valores, está apresentado nas Notas Explicativas nºs 7 e 8.

Outros valores a receber da nota 10, foram ajustados pelas contas de estoque, adiantamento a funcionários e PDD.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Cooperativa encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Cooperativa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Cooperativa.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria da Cooperativa. A Cooperativa possui controle dos projetos e aplicações financeiras para gerenciar os saldos líquidos suficientes para honrar seus compromissos, sendo o risco de liquidez considerado pela administração como pouco relevante, frente à gestão dos recebimentos. Em geral, a Cooperativa não recorre a empréstimos bancários para suprir seu fluxo de caixa.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31 de dezembro de 2019	Valor contábil	Total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	Mais que 2 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	52.137	52.137	52.137	-	-	-
Débitos de Operações Assist. à Saúde Não Relacion. c/ Pl. Saúde da OPS	15.301	15.301	15.301	-	-	-
Financiamentos	46.230	48.816	5.628	27.300	15.888	-
Débitos diversos	98.248	98.248	98.248	-	-	-
Conta-Corrente de Cooperados	554	554	554	-	-	-
	211.470	215.056	171.868	27.300	15.888	-

31 de dezembro de 2018	Valor contábil	Total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	Mais que 2 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	21.450	21.450	21.450	-	-	-
Débitos de Operações Assist. à Saúde Não Relacion. c/ Pl. Saúde da OPS	38.496	38.496	38.496	-	-	-
Financiamentos	77.251	84.761	6.090	29.617	33.151	15.904
Débitos diversos	100.125	100.125	100.125	-	-	-
Conta-Corrente de Cooperados	4.215	4.215	4.215	-	-	-
	241.537	249.047	170.376	29.617	33.151	15.904

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico (Cooperativa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas no relatório de auditoria intitulado "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Cooperativa, cuja apresentação não é requerida às cooperativas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Cooperativa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada às demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

PARCER DO CONSELHO FISCAL

Com a determinação de cumprir as atribuições que lhe confiamos os médicos cooperados da Unimed-BH, o Conselho Fiscal buscou entender, acompanhar e exercer contínua fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da Cooperativa.

Para tanto, além das avaliações rotineiras e sistemáticas da demonstração de resultado, movimentações e atividades contábeis e financeiras, procuramos acompanhar as mudanças da Cooperativa, decorrentes de medidas aprovadas em Assembleias Gerais, para fazer frente aos novos rumos da Saúde Suplementar no Brasil.

Os membros do Conselho Fiscal da Unimed-BH, no uso de suas atribuições estatutárias, tendo examinado o Relatório de Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 e com base no Parecer dos Auditores Independentes – KPMG recomendam sua aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 26 de março de 2020.

Agradecemos aos colaboradores, secretárias, gerentes, superintendentes e diretores da Unimed-BH pelo incentivo e apoio ao Conselho Fiscal no desempenho de suas funções.

Os fluxos de entradas (saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

c. Gestão de capital

Os objetivos da Cooperativa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Cooperativa para oferecer retorno aos cooperados e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possui, aproximadamente, 40% (38% em 2018) do seu ativo total registrado como Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Títulos e valores mobiliários).

d. Estimativa do valor justo

Os valores justos informados no balanço patrimonial não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros, alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa				
Depósitos à vista e aplicações financeiras	137.871	137.871	152.865	152.865
Títulos e valores mobiliários				
Títulos e valores mobiliários	1.313.473	1.313.473	1.068.196	1.067.764
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes	265.087	265.087	254.467	254.467
Outros valores a receber	16.141	16.141	31.029	31.029
Fornecedores (*)	405.064	405.064	424.425	424.425
Empréstimos	46.230	46.230	77.251	77.251

(*) Provisão de Eventos a Liquidar para SUS, Eventos a Liquidar de Operações de Assistência à Saúde, Débitos de Operações de Assistência à Saúde, Débitos de Operações Assist. à Saúde Não Relacion. c/ Pl. Saúde da OPS e Débitos Diversos

Os saldos referentes às aplicações financeiras e Títulos e valores mobiliários são substancialmente correspondentes ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas em sua maioria na variação do CDI.

Os saldos das Contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores e adiantamentos de clientes decorrem diretamente das operações da Cooperativa, sendo mensurados pelo custo amortizado, e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante. Os adiantamentos de clientes não estão sujeitos a encargos financeiros.

e. Hierarquia de valor justo

O CPC 46 (Mensuração do valor justo) define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Essa norma também aborda que a mensuração de ativo ou passivo a valor justo é pautada nas premissas que os participantes do mercado utilizam para precificação e estabelece uma hierarquia de valor justo cujo propósito consiste na classificação, por prioridade, das informações aplicadas para a definição dessas premissas. A hierarquia do valor justo prioriza informações disponibilizadas em mercados ativos para instrumentos idênticos (dados observáveis) aquelas com baixo grau de transparência (dados não observáveis). Abaixo são detalhados os três níveis de hierarquia:

Nível 1 - As informações são preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Entidade possa ter acesso na data da mensuração.

Nível 2 - As informações excluem os preços cotados em mercados ativos incluídos no Nível 1 e abrangem informações substancialmente observáveis pelo prazo integral do ativo ou passivo: preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares; preços cotados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou informações corroboradas pelo mercado.

Nível 3 - As informações não são observáveis para o ativo ou passivo, contudo correspondem aos melhores dados disponíveis pela Cooperativa na data de mensuração do valor justo, podendo incluir os próprios dados da Entidade.

A tabela que apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo, estão apresentados na Nota Explicativa nº 5.

Ativos financeiros não mensurados ao valor justo

	2019		2018	
	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	-	137.871	-	152.865
Títulos e valores mobiliários	593.404	-	611.741	-
Contas a receber de clientes	-	265.087	-	254.467
Outros valores a receber	-	16.141	-	31.029

Não houve alterações de nível hierárquico no exercício de 2019 em relação a 2018.

f. Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Cooperativa não possuía contratos com operações financeiras relacionados a instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2019 e 2018.

28 Margem de solvência

ARN nº 209/09 da ANS dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a ser observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde.

O Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA) representa o valor mínimo do Patrimônio Líquido, tomando como capital-base o valor de R\$ 8.790 fixado no RN nº 209/09 e posteriores alterações, multiplicado pelo fator K = 6,68% que equivale a R\$ 587.

O capital da Cooperativa é de R\$ 661.169, portanto, não há valor a ser garantido, conforme previsto na resolução.

Margem de solvência - Determina o nível econômico que o patrimônio líquido das Operadoras de Planos de Saúde deverá atingir. Esse critério deve ser observado mensalmente. Corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:

(i) 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 (doze) meses: de 100% (cem por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% (cinquenta por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço pós-estabelecido, que representou R\$ 818.727 (R\$ 757.703 em 2018).

(ii) 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos trinta e seis meses da soma de: 100% (cem por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço preestabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido, que representou R\$ 948.146 (R\$ 858.693 em 2018).

A margem de solvência apresentada é de R\$ 943.786 (R\$ 858.693 em 2018) e o patrimônio líquido ajustado em conformidade com as normas da ANS é de R\$ 1.904.572 (R\$ 1.645.341 em 2018).

A Cooperativa apresenta suficiência tanto para o cálculo do patrimônio mínimo ajustado quanto para a margem de solvência. Dessa maneira, não há necessidade de utilizar o cálculo proporcionalizado a 77,90% (70,52% em 2018), acumulados em dezembro de 2019, conforme disposto pela RN 313/12.

29 Transações com partes relacionadas

A Cooperativa considera partes relacionadas as pessoas ou as entidades que estão relacionadas com a Unimed BH, considerando as premissas do CPC 05 - Partes Relacionadas. Divulgação sobre partes relacionadas, que considera, principalmente, influência significativa, membros do pessoal-chave da administração, entidades coligadas, controladas e empresas de um mesmo grupo econômico. Nesse sentido, as demais entidades integrantes do sistema Unimed não são consideradas partes relacionadas.

As transações realizadas pela Cooperativa com partes relacionadas estão representadas principalmente por seus cooperados que compreendem:

- Contraprestações a receber (ativo) no montante de R\$ 2.588 (R\$ 2.696 em 2018)
- Aplicações financeiras (ativo) no montante de R\$ 36.365 (R\$ 36.367 em 2018)
- Adiantamentos a cooperados (ativo) no montante de R\$ 28.189 (R\$ 26.359 em 2018)
- Eventos indenizáveis a liquidar (passivo) no montante de R\$ 61.266 (R\$ 64.225 em 2018)
- Conta-corrente com cooperados (passivo) no montante de R\$ 554 (R\$ 4.215 em 2018)
- Custos (resultado) no montante de R\$ 1.292.930 (R\$ 1.249.724 em 2018).
- Despesa com utilização do FATES (resultado) no montante de R\$ 86.273 (R\$ 85.977 em 2018).

a. Remuneração dos administradores

Durante o exercício de 2019, a remuneração dos administradores da Cooperativa totalizou R\$ 9.653 (R\$ 8.683 em 2018). Tal montante foi apropriado no resultado dos respectivos exercícios como despesa, não existindo beneficiadores de longo prazo concedidos aos administradores da Cooperativa.

Dr. Samuel Flam Diretor-presidente	Dra. Maria das Mercês Quintão Fróes Diretor comercial e de relacionamento institucional
Dr. Eudes Arantes Magalhães Diretor administrativo financeiro	Dr. Jose Augusto Ferreira Diretor de provimento de saúde
Dr. Múcio Pereira Diniz Diretor de serviços próprios	
Edson Dimas Frainz Contador	
CRC-MG 60984/O-2	
Suelen Amélia de Almeida	
Atuária MIBA 2179	

O acompanhamento e constituição das provisões técnicas conforme notas: 3.4 a), b) e f) e nota 15, é efetuado por atuário. Os valores destas provisões técnicas com metodologia de cálculo, substanciada em Nota Técnica Atuária de Provisões - NTAP, estão devidamente conferidos e reconhecido no balanço da Cooperativa, conforme assinatura do atuário responsável pelo cálculo das provisões nestas peças.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional